DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA, sexta-feira, 10 de março de 1978 — ANO II - Nº 48

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO N.o 4.104 DE 08 DE MARÇO DE 1978

Abre crédito suplementar no valor de CR$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.488, de 06 de dezembro de 1.977, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo Nº 003.582/78,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Serviços Sociais, o crédito suplementar no valor de CR$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:

15814862.046 - Subvenções a Entidades Privadas
3.2.1.0 - Subvenções Sociais

- Ação Social do Planalto	15.000,00
- Ação Social João XXIII	4.000,00
- Ação Social Nossa Senhora de Fátima	1.000,00
- Aldeias Infantis SOS do Distrito Federal	1.000,00
- Associação das Antigas Alunas Dorotéias de Brasília (Sendo CR$ 3.000,00 para Assistência Educacional)	3.000,00
- Campanha Nacional de Escolas da Comunidade Delegacia de Brasília	1.000,00
- Casa da Criança Pão Santo Antônio	4.000,00
- Casa de Israel	7.000,00
- Casa do Ceará em Brasília	5.000,00
- Casa do Pequeno Polegar	14.000,00
- Casa do Piauí	4.000,00
- Centro Assistencial e Educacional da Paroquia da Santa Cruz	17.000,00
- Centro Comunitário São Lucas - Cecosal	3.000,00
- Centro Espírita Fraternidade Allan Kardec-Taguatinga	4.000,00
- Centro Espírita Sebastião "O Martir" - N. Bandeirante	3.000,00
- Comunhão Espírita de Brasília	1.000,00
- Desafio Jovem de Brasília - DJB	3.000,00
- Gráfica Escola de Jornal e Artes do S.J.P.D.F -Mantido por: Sindicato dos Jornalistas do DF -Brasília D.F	2.000,00
- Instituto Agrícola La Salle de Brasília - Mantido por: Associação Brasileira de Educadores La Sallistas (ABEL) - São Paulo - SP	4.000,00
- Instituto Dom Orione	1.000,00
- Instituto Nossa Senhora da Piedade - Mantido por: Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade - Belo Horizonte - MG	2.000,00
- Lar das Meninas São Judas Tadeu	5.000,00
- Lar Educandário Nossa Senhora Mont Serrat	3.000,00
- Obras Sociais da Ordem Espiritualista Cristã-Planaltina	1.000,00
- Obras Sociais da Paroquia de Nossa Senhora Consolata, Brasília - DF - Mantida por: Sociedade Missionários de Nossa Senhora Consoladora - São Paulo - SP	4.000,00
- Sindicato dos Jornalistas Profissionais	7.000,00
- União dos Escoteiros do Brasil - Região do Distrito Federal	6.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, Item III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial em igual valor, da dotação orçamentária que se segue, da Secretaria de Educação e Cultura:

08472352.037 - Assistência Financeira a Entidades Privadas do Distrito Federal
3.2.1.0 Subvenções Sociais

- Ação Social do Planalto	15.000,00
- Ação Social João XXIII	4.000,00
- Ação Social Nossa Senhora de Fátima	1.000,00
- Aldeias Infantis SOS do Distrito Federal	1.000,00
- Associação das Antigas Alunas Dorotéias de Brasília (Sendo Cr$ 3.000,00 para Assistência Educacional)	3.000,00
- Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - Delegacia de Brasília	1.000,00
- Casa da Criança Pão Santo Antônio	4.000,00
- Casa de Ismael	7.000,00
- Casa do Ceará em Brasília	5.000,00
- Casa do Pequena Polegar	14.000,00
- Casa do Piauí	4.000,00
- Centro Assistencial e Educacional da Paroquia da Santa Cruz	17.000,00
- Centro Comunitário São Lucas - Cecosal	3.000,00
- Centro Espírita Fraternidade Allan Kardec-Taguatinga	4.000,00
- Centro Espírita Sebastião "O Martir" - N. Bandeirante	3.000,00
- Comunhão Espírita de Brasília	1.000,00
- Desafio Jovem de Brasília - DJB	3.000,00
- Gráfica Escola de Jornal e Artes do S.J.P.D.F. -Mantido por: Sindicato dos Jornalistas do DF. -Brasília D.F	2.000,00
- Instituto Agrícola La Salle de Brasília-Mantido por: Associação Brasileira de Educadores La Sallistas (ABEL) - São Paulo - SP	4.000,00
- Instituto Dom Orione	1.000,00
- Instituto Nossa Senhora da Piedade - Mantido por: Congregação das Irmãs Auxiliares de Nossa Senhora da Piedade - Belo Horizonte - MG	2.000,00
- Lar das Meninas São Judas Tadeu	5.000,00
- Lar Educandário Nossa Senhora Mont Serrat	3.000,00
- Obras Sociais da Ordem Espiritualista Cristã - Planaltina	1.000,00
- Obras Sociais da Paroquia de Nossa Senhora Consolata, Brasília - DF - Mantida por: Sociedade Missionários de Nossa Senhora Consoladora - São Paulo - SP	4.000,00
- Sindicato dos Jornalista Profissionais	7.000,00
- União dos Escoteiros do Brasil - Região do Distrito Federal	6.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 08 de março de 1.978
90º da República e 18º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA — FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 4.105 DE 08 DE MARÇO DE 1978

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 769.000,00 (setecentos e sessenta e nove mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei nº 6.488, de 06 de dezembro de 1.977, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.
- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.
- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de janeiro de cada ano.
- Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.
- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

- A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 6º Andar

Telefones: Direto: 225.7803 - PABX - 225.6830 Ramal 312

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES
Anual ..... Cr$ 400,00
Semestral ..... Cr$ 200,00

FUNCIONÁRIOS
Anual ..... Cr$ 300,00
Semestral ..... Cr$ 150,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 325,00 anuais.

MATÉRIA PAGA
Por centimetro de coluna.
Órgãos Governamentais ..... Cr$ 6,40
Particulares ..... Cr$ 10,00

NUMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

-Os originais, para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho ofício, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nítida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos, e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

-(Decreto nº 3.282 de 15.06.76 - "DO" de 16.06.76) e Portaria Nº 199/SEA (Publicada no "DO" Nº 06 de 24/06/76).

de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo nº 373.013/78,

DECRETO N.o 4.106 DE 08 DE MARÇO DE 1978

Aprova a alteração das Cotas Trimestrais de Despesa das Unidades Orçamentárias relativas ao exercício de 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Artigo 50 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa para o exercício de 1978, das Unidades Orçamentárias constantes dos quadros anexos.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 08 de março de 1978

90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Polícia Militar do Distrito Federal o crédito suplementar no valor de Cr$ 769.000,00 (setecentos e sessenta e nove mil cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:

06301772.060 - Manutenção das Atividades da Polícia Militar do Distrito Federal

3.1.1.1 - 01 - Vencimentos e Vantagens Fixas..... 769.000,00.

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, Item III da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pela anulação, em igual valor, da dotação orçamentária que se segue, da própria Polícia Militar do Distrito Federal.

06301772.060 - Manutenção das Atividades da Polícia Militar do do Distrito Federal

3.1.1.1 - 02 - Despesas Variáveis..... 769.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 08 de março de 1.978

90º da República e 18º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CODIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.101	GABINETE DO GOVERNADOR	11.050.000	12.350.000	7.031.000	-	30.431.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	6.850.000	9.000.000	6.981.000	-	22.831.000
	- Outras Despesas	4.200.000	3.350.000	50.000	-	7.600.000
1.103	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E RECREAÇÃO	2.703.000	3.325.000	3.192.000	3.443.000	12.661.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.780.000	2.050.000	2.050.000	2.163.000	8.043.000
	- Outras Despesas	923.000	1.273.000	1.142.000	1.280.000	4.618.000
1.104	ADMINISTRAÇÃO DAS UNIDADES DESPORTIVAS DE BRASILIA	1.620.000	2.260.000	2.260.000	978.000	7.118.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	620.000	760.000	760.000	347.000	2.487.000
	- Outras Despesas	1.000.000	1.500.000	1.500.000	631.000	4.631.000
1.105	CONSELHO PENITENCIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL	960.000	1.260.000	1.232.000	529.000	3.981.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	660.000	810.000	782.000	-	2.252.000
	- Outras Despesas	300.000	450.000	450.000	529.000	1.729.000
1.200	PROCURADORIA GERAL	8.900.000	10.650.000	9.850.000	3.343.000	32.743.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	6.600.000	8.150.000	8.150.000	2.268.000	25.168.000
	- Outras Despesas	2.300.000	2.500.000	1.700.000	1.075.000	7.575.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CODIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.301	SECRETARIA DO GOVERNO	32.577.060	53.533.500	52.624.500	57.354.940	196.090.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	5.630.000	7.000.000	7.000.000	4.852.000	24.482.000
	- Outras Despesas	17.980.000	39.081.560	43.624.500	52.002.940	152.689.000
	COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	5.967.060	4.451.940	-	-	10.419.000
	- Outras Despesas	3.000.000	3.000.000	2.000.000	500.000	8.500.000
1.304	REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA	8.570.000	10.400.000	9.540.000	3.905.000	32.415.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	3.570.000	4.400.000	4.400.000	1.515.000	13.885.000
	- Outras Despesas	5.000.000	6.000.000	5.140.000	2.390.000	18.530.000
1.305	REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA	14.700.000	19.000.000	15.000.000	10.666.000	59.366.000
	- Pessoal e Encagos Sociais	5.700.000	7.000.000	7.000.000	2.828.000	22.528.000
	- Outras Despesas	9.000.000	12.000.000	8.000.000	7.838.000	36.838.000
1.306	REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLANDIA	3.230.000	3.930.000	4.130.000	2.776.000	14.066.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.730.000	2.130.000	2.130.000	1.278.000	7.268.000
	- OUtras Despesas	1.500.000	1.800.000	2.000.000	1.498.000	6.798.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CODIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
1.307	REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO	4.000.000	7.300.000	7.800.000	2.846.000	21.946.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	3.100.000	3.800.000	3.800.000	736.000	11.436.000
	- Outras Despesas	900.000	3.500.000	4.000.000	2.110.000	10.510.000
1.308	REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA	2.380.000	4.600.000	4.100.000	3.354.000	14.634.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	1.680.000	2.100.000	2.100.000	2.161.000	8.041.000
	- Outras Despesas	700.000	2.500.000	2.000.000	1.393.000	6.593.000
1.309	ADMINISTRAÇÃO DO SETOR RESIDENCIAL, INDUSTRIA E ABASTECIMENTO	4.830.000	5.800.000	5.800.000	3.315.000	19.745.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.330.000	2.800.000	2.800.000	1.916.000	9.846.000
	- Outras Despesas	2.500.000	3.000.000	3.000.000	1.399.000	9.899.000
1.500	SECRETARIA DE FINANÇAS	89.632.000	109.615.000	165.681.300	304.924.700	669.853.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	23.000.000	27.500.000	27.500.000	46.805.000	124.805.000
	- Outras Despesas	66.632.000	82.115.000	138.181.300	258.119.700	545.048.000
1.901	SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS	67.378.800	87.998.967	36.187.000	36.787.233	228.352.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	11.000.000	14.000.000	14.000.000	9.337.000	48.337.000
	- Outras Despesas	9.000.000	36.000.000	20.000.000	24.900.000	89.900.000
	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	23.216.033	11.783.967	-	-	35.000.000
	- Outras Despesas	10.000.000	8.300.000	-	-	18.300.000

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DO GOVERNO

COTAS TRIMESTRAIS DE DESPESA

CODIGO	UNIDADES	VALOR POR TRIMESTRE Cr$ 1,00				TOTAL
		1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	
	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL					
	- Pessoal e Encargos Sociais	5.000.000	9.164.000	-		14.164.000
	- Outras Despesas	9.162.767	8.751.000	2.187.000	2.550.233	22.651.000
2.001	SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	16.960.000	23.500.000	18.900.000	20.353.000	79.713.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	6.960.000	8.500.000	8.500.000	6.005.000	29.965.000
	- Outras Despesas	10.000.000	15.000.000	10.400.000	14.348.000	49.748.000
2.003	ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIARIA DE BRASILIA	3.050.000	4.500.000	4.500.000	2.229.000	14.279.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	2.050.000	2.500.000	2.500.000	902.000	7.952.000
	- Outras Despesas	1.000.000	2.000.000	2.000.000	1.327.000	6.327.000
2.004	SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA	31.133.440	29.200.000	28.800.000	19.369.560	108.503.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	14.300.000	18.000.000	18.000.000	1.829.000	52.129.000
	- Outras Despesas	16.833.440	11.200.000	10.800.000	17.540.560	56.374.000
2.203	POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	60.690.000	75.400.000	74.900.000	15.941.000	226.931.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	57.190.000	69.900.000	69.900.000	9.851.000	206.841.000
	- Outras Despesas	3.500.000	5.500.000	5.000.000	6.090.000	20.090.000
2.204	CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL	39.800.000	52.000.000	43.851.000	7.796.000	143.447.000
	- Pessoal e Encargos Sociais	33.800.000	42.000.000	35.851.000	-	111.651.000
	- Outras Despesas	6.000.000	10.000.000	8.000.000	7.796.000	31.796.000

DECRETO Nº. 4.107 DE 09 DE março DE 1978.

Retifica o inciso II, art. 2º, do Decreto nº 4.096, de 01 de março de 1978.

O Governador do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, incisos II e III, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o parágrafo 3º do artigo 42 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 e tendo em vista resolução do Conselho Interministerial de Preços -CIP

D E C R E T A:

Art. 1º - O inciso II, art. 2º, do Decreto nº 4.096, de 01 de março de 1978, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - .....

I- .....

II- Bandeira 04 - (Bandeiras 02 e 03 conjugadas) uso das 22:00 às 06:00 horas do dia seguinte, com mais de 03 (três) passageiros:

Bandeirada	CR$6,00
Quilômetro rodado	CR$4,25
Hora parada	CR$22,82"

Art. 2º - Este Decreto retroage sua vigência a 3 de março de 1978, revogando-se as disposições em contrário.

DISTRITO FEDERAL, 09 de março de 1978.

90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

JOSÉ GERALDO MACIEL

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 3º do Decreto nº 3.091, de 15 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Designar os Bacharéis em Direito ALMIRO GERIN DE AMORIM E SYNÉSIO FRANQUEIRO DA SILVA, para Membro Efetivo e Suplente, respectivamente, do Conselho Penitenciário do Distrito Federal.
Distrito Federal, 27 de fevereiro de 1978.

ELMO SEREJO FARIAS

(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF de 01.3.78, pag. 14)

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 3º do Decreto nº 3.091, de 15 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Dispensar, os Bacharéis em Direito JOÃO SEABRA DA SILVA e ENY PINTO DE CASTRO, respectivamente das funções de Membro Efetivo e Suplente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal.
Distrito Federal, 27 de fevereiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF de 01.3.78, pag. 14)

Secretaria do Governo

DECRETO DE 06 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, RAIMUNDO NONATO NUNES FERRAZ, matrícula nº 18.870, da Função em Comissão símbolo FC-02, de Chefe do Distrito de Fiscalização de Obras e Posturas de Ceilândia, da Administração de Ceilândia, da Administração Regional de Taguatinga, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Distrito Federal, 06 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DECRETO DE 06 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar , a pedido, RAMAYANA DO BRASIL FIGUEIREDO, matrícula nº 18.526, da Função em Comissão FC-10, de Chefe da Seção de Administração Geral de Ceilândia, da Administração de Ceilândia, da Administração Regional de Taguatinga da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Distrito Federal, 06 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

Secretaria de Saúde

DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, JOSÉ ALUIZIO RIOS LARA, matrícula nº 5695, Escriturário, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-02, de Chefe da Inspetoria de Saúde do Núcleo Bandeirante, da Divisão de Fiscalização de Saúde, do Departamento de Fiscalização de Saúde, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Distrito Federal, 08 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, UBIRAJARA DE MIRANDA GOMES, matrícula nº 15.009, Agente Administrativo, Código SA-401.3, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-02, de Chefe da Inspetoria de Saúde do Gama, da Divisão de Fiscalização de Saúde, do Departamento de Fiscalização de Saúde, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Distrito Federal, 08 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar DILMA MARIA DE OLIVEIRA BARROS, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-06, de Chefe da Seção de Expediente do Gabinete do Secretário de Saúde do Distrito Federal.
Distrito Federal, 08 de março de 1978.

ELMO SEREJO FARIAS

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar JOSÉ ENY FARIAS, matrícula nº 2.120, Inspetor Sanitário, Código NM 802.7, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-02, de Chefe da Inspetoria de Saúde do Gama, da Divisão de Fiscalização de Saúde, do Departamento de Fiscalização de Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.
Distrito Federal, 08 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, AUGUSTO DA ROCHA EWALD, do Cargo em Comissão, Código DAS 102.2, de Assessor do Gabinete do Secretário de Saúde do Distrito Federal, a partir de 03 de março de 1978.
Distrito Federal, 08 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII, do artigo 20, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Nomear GUENTHER RIEDEL, para exercer o Cargo em Comissão, Código DAS 102.2, de Assessor do Gabinete do Secretário de Saúde do Distrito Federal.
Distrito Federal, 08 de março de 1978.

ELMO SEREJO FARIAS

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1. 960,

RESOLVE:

Dispensar ARY RIBEIRO DUTRA, Inspetor Sanitário, Código NM 802.7, matrícula nº 1982, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-02, de Chefe da Inspetoria de Saúde de Brasília, da Divisão de Fiscalização de Saúde, do Departamento de Fiscalização de Saúde, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, por ter sido designado para exercer outra função.

Distrito Federal, 08 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar LUIZ MEDEIROS DE LIMA, matrícula nº 2.170, Inspetor Sanitário, Código NM 802.7, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-02, de Chefe da Inspetoria de Saúde de Taguatinga, da Divisão de Fiscalização de Saúde, do Departamento de Fiscalização de Saúde da Secretária de Saúde do Distrito Federal.

Distrito Federal, 08 de março de 1 978.

ELMO SEREJO FARIAS

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar JOSE ENY FARIAS, matrícula nº 2.120, Inspetor Sanitário, Código NM 802.7, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-02, de Chefe da Inspetoria de Saúde de Taguatinga, da Divisão de Fiscalização de Saúde, do Departamento de Fiscalização de Saúde, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, por ter sido designado para exercer outra função.

Distrito Federal . 08 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

NEUWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1. 960,

RESOLVE:

Designar ARY RIBEIRO DUTRA, Inspetor Sanitário, Código NM 802.7, matrícula nº 1982, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-02, de Chefe da Inspetoria de Saúde do Núcleo Bandeirante, da Divisão de Fiscalização de Saúde, do Departamento de Fiscalização de Saúde, da Secretária de Saúde do Distrito Federal.

Distrito Federal, 08 de março de 1 978.

ELMO SEREJO FARIAS

NEWTON MUYLAERT DE AZEVEDO

Secretaria de Agricultura e Produção

DECRETO DE 08 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, EPAMINONDAS LOPES DA TRINDADE, matrícula nº 17.754, da Função em Comissão, Símbolo FC-03, de Assessor Auxiliar do Núcleo de Desenvolvimento da Indústria e do Comércio da Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal, a partir de 01 de março de 1978

Distrito Federal, 08 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

PEDRO DO CARMO DANTAS

Secretaria de Segurança Pública

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº: 3.751, de 13 de abril de 1.960, combinado com o artigo 20, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº: 62.127, de 16 de janeiro de 1.968,

RESOLVE:

Reconduzir o Ten. Cel. TOALDO MACHADO ALVES, para Membro do Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, na qualidade de representante do Comando Militar do Planalto e 11a. Região Militar.

Distrito Federal, 27 de fevereiro de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS

AIME ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON.

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1978.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº: 3.751, de 13 de abril de 1.960, combinado com o artigo 20, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº: 62.127, de 16 de janeiro de 1.968,

RESOLVE:

Designar o Arquiteto CARLOS MAGNO FAGUNDES FRANCI, para Membro do Conselho de Trânsito do Distrito Federal — CONTRANDIFE, na qualidade de Urbanista.

Distrito Federal, 27 de fevereiro de 1.978.

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON.

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 20, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968,

RESOLVE:

Reconduzir, NATANIEL LOPES DA SILVA Para Membro do Conselho de Trânsito do Distrito Federal-CONTRANDIFE, na qualidade de representante do Sindicato de Condutores de Veículos Rodoviários de Brasília.

Distrito Federal, 27 de fevereiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 27 DE FEVEREIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 20, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968,

RESOLVE:

Designar, o Arquiteto EDISON GROSSI DE ANDRADE, para Membro do Conselho de Trânsito do Distrito Federal-CONTRANDIFE na qualidade de Presidente.

Distrito Federal, 27 de fevereiro de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 06 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar, OTELINO DIAS DO NASCIMENTO, Agente de Polícia, Código PC-205.2, matrícula 33.428, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-08, de Chefe da Seção de Expediente, da Divisão de Material do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Segurança Pública do DF.

Distrito Federal, 06 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 06 DE MARÇO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, JOSÉ FERREIRA DA SILVA, Agente de Polícia, Código PC-205.1, matrícula 32.913, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-08, de Chefe da Seção de Expediente da Divisão de Material, do Dapartamento de Administração Geral, da Secretaria de Segurança Pública do DF.

Distrito Federal, 06 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

DECRETO DE 13 de FEVEREIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar GERISVANDER VIEIRA CAMPOS, Perito Criminal, PC-203.5, matrícula 33.101, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Símbolo FC-06, de Chefe da Seção de Almoxarifado, da Divisão de Material do Departamento de Administração Geral da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 06 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF de 17.2.78, pag. 04)

DECRETO DE 13 DE FEVEREIRO DE 1978

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar, GERISVANDER VIEIRA CAMPOS, Perito Criminal, PC-203.5, matrícula 33.101, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, da Função em Comissão, Símbolo FC-06, de Chefe da Seção de Aquisição e Movimentação da Divisão de Material do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.

Distrito Federal, 06 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON

(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF de 17.2.78, pag. 04)

DESPACHO

PROCESSO Nº 1.708/78
INTERESSADO: ADALINO INÁCIO SOBRINHO-Sd PM
ASSUNTO: Requisição para a Presidência da República.

DESPACHO:

DE ACORDO, AUTORIZO. PUBLIQUE-SE.

Remeta-se o presente processo ao Secretário de Segurança Pública para proceder a apresentação do Policial-Militar em questão.

Brasília-DF, 03 de março de 1978

ELMO SEREJO FARIAS
Governador

Gabinete Civil

PORTARIA DE 07 DE MARÇO DE 1978

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Autorizar CARLOS BLACK PEREIRA, Diretor do Departamento de Turismo-DETUR, a viajar à cidade do Rio de Janeiro-RJ, no período de 14 a 18 de março do corrente ano, a fim de participar de seminário "Turismo: Legislação, Atividades e Investimentos", promovido pela Fundação Getúlio Vargas.

Distrito Federal, 07 de março de 1978

JORGE DA MOTTA E SILVA
Chefe do Gabinete Civil.

Gabinete Militar

PORTARIA DE 07 DE MARÇO DE 1978.

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Autorizar JOÃO FAUSTINO DE OLIVEIRA, matrícula nº 1.258, a viajar à Cidade de Goiânia-GO, no dia 07 de março do corrente ano, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal. 07 de março de 1978

GUARACY DE LIMA FURTADO-Cel PM
Chefe do Gabinete Militar

PORTARIA DE 07 DE MARÇO DE 1978.

O CHEFE DO GABINETE MILITAR DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Autorizar JOSÉ FERNANDES D'OLIVEIRA, matrícula nº 31.595, a viajar à cidade de Goiânia-GO, no dia 07 de março do corrente ano, a serviço do Gabinete do Governador do Distrito Federal.

Distrito Federal, 07 de março de 1978

GUARACY DE LIMA FURTADO-Cel PM
Chefe do Gabinete Militar

SECRETARIA DO GOVERNO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 1º DE MARÇO DE 1978

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo Decreto "E" nº 340 de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Autorizar JOSÉ DE OLIVEIRA NEVES, Secretário Executivo do Convênio SEPLAN/GDF, a viajar à cidade de São Paulo-SP, nos dias 2 e 3 de março de 1978, a serviço da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Brasília, 1º de março de 1978
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

CANCELAMENTO DE SALÁRIO FAMÍLIA

Interessado: Maria Izabel de Souza
Matrícula: 05.299
Despacho: Autorizo o cancelamento do salário-família pelo dependente JOÃO AFONSO DE SOUZA, nascido em 25.06.58, a partir de junho de 1977, por motivo de renda própria conforme declaração da Firma UNICA.

CONCESSÃO DE SALÁRIO FAMÍLIA

Interessado: Expedito Alves Porfírio
Matrícula: 15.262
Despacho: CONCEDO salário-família pelo dependente MARCIO DE CARVALHO PORFIRIO, nascido em 19.02.78, a partir de fevereiro de 1978, conforme Certidão de nascimento nº 1714, fls. 231, Livro A-2, Cartório do 1º Ofício de Notas e Registro Civil - Brasília DF.

Interessado: Maria Elvira Nery Matos
Matrícula: 18.814
Despacho: CONCEDO salário-família pela dependente GABRIELA NERY MATOS, nascida em 27.09.77, a partir de setembro de 1977, conf. Certidão de Nascimento nº 11020, do Cartório do 2º Ofício do Reg. Civil, Livro "A"-10, fls. 263 de 15.12.77 - Brasília DF.

Interessado: MARY ANITA BATISTA PINA
Matrícula: 19.343
Despacho: CONCEDO salário-família pela dependente DANIELA PINA MARQUES filha, nascida em 04.01.75, a partir de janeiro de 1978, conforme Certidão de Nascimento nº 67.348, de 17.03.75, Livro A-61, fls 117V, do Cartório do 1º Ofício de Reg. Civil - Brasília DF.

APARECIDO FRANCISCO BORGES
Chefe da Seção de Pessoal/SEG

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GAMA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE MARÇO DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o Item IV, Artigo 21, do Regimento da Administração Regional do Gama, aprovado pelo Decreto nº 2.284, de 12.06.73, nos termos do Artigo 52, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e tendo em vista o que consta do Decreto nº 3.154, de 29 de janeiro de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR, os servidores NATAL VIEIRA NEVES-Diretor da Divisão de Administração Geral; Arquiteta MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES-Diretora da Divisão de Obras-Substituta; RAIMUNDO FÉLIX DA SILVA-Chefe da Seção Financeira; ARDISON SOBREIRA ROLIM-Assistente Técnico; e DIVA COTTA AMARAL-Chefe da Seção de Material e Patrimônio, para comporem, sob a presidência do primeiro, a Comissão de Licitação por Convite, nos termos da Legislação em vigor, de que trata o Processo nº 176.246/78-RA-II.

GAMA-DF., 06 de março de 1978

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE MARÇO DE 1978

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO GAMA, no uso das atribuições que lhe confere o Item IV, Artigo 21, do Regimento da Administração Regional do Gama, aprovado pelo Decreto nº 2.284, de 12.06.73, nos termos do Artigo 52, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e tendo em vista ó que consta do Decretp nº 3.154, de 29 de janeiro de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR, os servidores NATAL VIEIRA NEVES-Diretor da Divisão de Administração Geral; Arquiteta-MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES-Diretora da Divisão de Obras-Substituta; RAIMUNO FÉLIX DA SILVA Chefe da Seção Financeira; ARDISON SOBREIRA ROLIM-Assistente Técnico; e DIVA COTTA AMARAL-Chefe da Seção de Material e Patrimônio , para comporem, sob a presidência do primeiro, a Comissão de Licitação por Convite, nos termos da Legislação em vigor, de que trata o Processo nº 176.247/78-RA-II.

GAMA-DF., 06 de março de 1978

ANTONIO VALMIR CAMPELO BEZERRA.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

ATOS DO ADMINISTRADOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE FEVEREIRO DE 1978

O ADMINISTRADOR DE REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso das atribuições que lhe confere o item IV do artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 92.943 de 27 de junho de 1975, e nos termos do artigo 52 do Decreto nº 1.703 de 31 de maio de 1971,

RESOLVE:

DESIGNAR, os servidores VILMAR OLIVA DE SALLES, Diretor da Divisão Regional de Licenciamento e Fiscalização de Obras, matrícula nº 18.104, JOÃO EUSTAQUIO CORREIA, Assistente Técnico, matrícula nº 18. 771, JEOVANIO DIAS MONTEIRO, Assistente Técnico, matrícula nº 19.025 e JOSÉ PAES GONÇALVES, Diretor da Divisão de Administração Geral, matrícula nº 11.420, para comporem sob a presidência do primeiro, a Comissão encarregada do recebimento definitivo da Feira Permanente de Taguatinga, referente ao Edital nº 20/76-CL-RA-III.

Taguatinga-DF, 23 de fevereiro de 1978

VITAL DE MORAES ANDRADE

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Atos do Diretor

ORDEM DE SERVIÇO DE 09 DE FEVEREIRO DE 1978

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL da Administração Regional de Taguatinga, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 39 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.943 de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o constante do processo nº 255997/78-RA-III,

RESOLVE:

SUSPENDER por 05 (cinco) dias, a partir de 09/02/78, o servidor BENTO ANTONIO TAVARES, Agente de Portaria, Classe B, Código TP-602.2, matrícula nº 01.071, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com base no artigo 205 combinado com o inciso III do artigo 201 da Lei nº 1.711 de 28/10/52, por infrigência ao disposto nos incisos I e VI do artigo 194 do mesmo diploma legal.

Taguatinga-DF, 09 de fevereiro de 1978

JOSÉ PAES GONÇALVES

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

Servidor: HUMBERTO MARTINS LEITE
Matrícula: 08.850
Despacho: CONCEDO, a vantagem do salário-família, pelo dependente ROGÉRIO CAMARGO MARTINS, filho, nascido, em 09.02.78, conforme documentação apresentada. AUTORIZO, o pagamento a partir de fevereiro de 1978, inclusive.

Servidor: JOÃO CARLOS DE ANDRADE
Matrícula: 10.758
Despacho: CONCEDO, a vantagem do salário família, pela dependente MARIA DO SOCORRO PEREIRA DE ANDRADE, filha, nascida em 10.01.78, conforme documentação apresentada. AUTORIZO, o pagamento a partir de janeiro de 1978, inclusive.

Servidor: AMAURY QUEIROZ DE MEDEIROS
Matrícula: 12.644
Despacho: CONCEDO, a vantagem do salário família pela dependente MARIA INGRID DE QUEIROZ MEDEIROS, filha, nascida em 04.08.58, conforme documentação apresentada. AUTORIZO, o pagamento a partir de janeiro de 1978, inclusive.

Servidor: EDMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA
Matrícula: 13.641
Despacho: CONCEDO, a vantagem do salário ffamília pela dependente MARILENE RODRIGUES DE OLIVEIRA, filha, nascida em 30.12.1977, conforme documentação apresentada. AUTORIZO, o pagamento a partir de janeiro de 1978, quanto o mês de dezembro de 1977, deverá ser requerido por exercício findos.

Servidor: WALDYR VICENTE ROSA
Matrícula: 15.187
Despacho: CONCEDO, a vantagem do salário família pelo dependente EVERTON ROSA SETTE, filho, nascido em 17.01.78, conforme documentação apresentada. AUTORIZO, o pagamento a partir de janeiro de 1978, inclusive.

Servidor: JOSÉ SEVERO DA SILVA
Matrícula: 15.286
Despacho: CONCEDO, a vantagem do salário-família pelo dependente EDMAR SEVERO DA SILVA, filho, nascido em 03.02.78, conforme documentação apresentada. AUTORIZO, o pagamento a partir de fevereiro de 1978, inclusive.

Servidor: JOSÉ ANTÔNIO DA CRUZ PRIMO
Matrícula: 116.581
Despacho: CONCEDO, a vantagem do salário família pela dependente REGINA CONCEIÇÃO DIAS CRUZ, filha, nascida em 23.01.78, conforme documentação apresentada. AUTORIZO, o pagamento a partir de janeiro de 1978, inclusive.

Servidor: GILSON RODRIGUES
Matrícula: 18.555
Despacho: CONCEDO; avantagem do salário família pela dependente LISSA FERREIRA RODRIGES, filha, nascida em 20.12.77, conforme documentação apresentada. AUTORIZO, o pagamento a partir de janeiro de 1978, quanto o mês de dezembro de 1977, deverá ser requerido por exercícios findos.

Em 23/02/78

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

FRANCISCO DE OLIVEIRA TORRES
Chefe da Seção de Pessoal

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 235.262/78
INTERESSADO: SEC-ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA
ASSUNTO..REALIZAÇÃO DE DESPESA—Aquisição de materiais para Reparo e Adaptação de Prédios Escolares de Primeiro Grau, da Secretaria de Educação e Cultura.

DESPACHO:..A Comissão designada pela Ordem de Serviço nº 06/78-RA-VI, de 03 de fevereiro de 1978, após análise das propostas apresentadas pelas firmas participantes na licitação realizada através do Convite nº 01/78-CL/RA VI e conforme apuração no Mapa de Resultado, resolve:

a) Aceitar a segunda opção pela CASA LOPES DE FERRAGENS LTDA, quanto ao item 03, por considerar que a similaridade do material oferecido satisfaz às exigências previstas;

b) Adjudicar o fornecimento dos materiais na forma seguinte:

MÁRIO BATISTA DE SOUZA ITEM 1" QUANT. 110

P.UNITÁRIO 215,00

TOTAL 23.650,00

CASA LOPES DE FERRAGENS LTDA ITEM 2" 3" 4"

QUANT. 20 45 20

P.UNITÁRIO 148,00 248,00 98,00

TOTAL 2.960,00 11.160,00 1.960,00

TOTAL: CR$ 39.730,00

Publique-se e encaminhe-se à Divisão de Administração Geral da SEC, para, através de sua Seção competente, proceder a emissão do empenho.

Planaltina-DF, 15 de fevereiro de 1978

MARIA RITA ALVES GUIMARAES
Presidente

FABRICIO LEITAO DE ANDRADE
Membro

JANIR NUNES FERREIRA
Membro

SILVIO DE CASTRO
Membro

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN

DIRETORIA

ATA DA 519ª (QUINGENTÉSIMA DÉCIMA NONA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, REALIZADA NO DIA 17 DE JANEIRO DE 1978.

Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e oito, às 16:00 (dezesseis) horas, na sede social da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, situada no SEUPN - Av. W/3 Norte - Quadra 511 - Bloco "A", em Brasília - Distrito Federal, realizou-se a 519ª. (quingentésima décima nona) reunião ordinária da Diretoria, sob a presidência do Senhor LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO, Superintendente da Empresa, e com a presença dos Diretores GILBERTO SOBRAL, OSVALDO JANOT FILHO e SÉRGIO GARCIA PARENTE. Inicialmente o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e solicitou que se procedesse à leitura da ata da reunião anterior que, lida e posta em discussão, foi por unanimidade aprovada. A seguir, foi apreciado o seguinte processo constante da pauta: Processo N° 740.103-A/78 - REF.: SEPLAN/GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO INDUSTRIAL - CONTRATO IPEA/CODEPLAN - AUTORIZAÇÃO, tendo a Diretoria adotado a seguinte decisão: "A Diretoria, com o voto do Relator e de acordo com o que consta dos autos, DECIDE: 1°) Autorizar a efetivação de Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados entre o Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA e a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, pelo qual esta Empresa prestará para aquela Fundação, serviços técnicos especializados visando a elaboração do "Projeto de Assentamento Industrial", na forma e termos das condições definidas no "Termo de Referência", cujo conteúdo técnico foi aprovado pelo "Grupo de Coordenação do Convênio SEPLAN/GDF" em reunião realizada em 08 de novembro de 1977; 2°) Estabelecer o valor do Contrato em Cr$ 5.299.256,00 (cinco milhões, duzentos e noventa e nove mil, duzentos e cinquenta e seis cruzeiros); 3°) Fixar em 365 (trezentos e cinco) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do Contrato, o prazo de execução dos serviços; 4°) Aprovar a minuta de Contrato constante de fls. 08/12 do presente processo. Relator: Diretor GILBERTO SOBRAL. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, MARLUCE AUGUSTO DE OLIVEIRA, Secretária "ad-hoc", lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita pelo Senhor Presidente e Diretores Presentes.

LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO; GILBERTO SOBRAL; OSVALDO JANOT FILHO; SÉRGIO GARCIA PARENTE; MARLUCE AUGUSTO DE OLIVEIRA-Secretária "ad-hoc"

ATA DA 520ª. (QUINGENTÉSIMA VIGÉSIMA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, REALIZADA NO DIA 24 DE JANEIRO DE 1978.

Aos vinte e quatro dias do mês de janeiro de ano de mil novecentos e setenta e oito, às 15:00 (quinze) horas, na sede social da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, situada no SEUPN - Av. W/3 Norte - Quadra 511 - Bloco "A", em Brasília Distrito Federal, realizou-se a 520ª. (quingentésima vigésima) reunião ordinária da Diretoria, sob a presidência do Senhor OSVALDO JANOT FILHO, Superintendente Substituto desta Empresa, conforme consta de decisão deste Órgão Colegiado em sua 466ª. (quadrigentésima sexagésima sexta) reunião ordinária realizada em 14 de janeiro de 1977, e com a presença dos Diretores GILBERTO SOBRAL e SERGIO GARCIA PARENTE. Inicialmente o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e solicitou que se procedesse à leitura da ata da reunião anterior que, lida e posta em discussão, foi por unanimidade aprovada. A seguir, foi apreciado o seguinte processo constante da pauta: Processo N° 11.381/76 - NOVACAP - REF.: CONVÊNIO A SER CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, COM A INTERVENIÊNCIA DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELA NOVACAP, PARA A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DO SEU SISTEMA ELETRÔNICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS, tendo a Diretoria adotado a seguinte decisão: "A Diretoria, com o voto do Relator, e de acordo com o que consta dos autos, DECIDE: 1°) Autorizar a efetivação de convênio entre o DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, com a interveniência da COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, pelo qual a NOVACAP se obriga a executar para o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Segurança Pública, por seu Sistema Eletrônico de Dados, os serviços abaixo discriminados, cabendo a esta Empresa acompanhar a sua execução: a) Emissão de folhas de pagamento, compreendendo: contra-cheques, folhas analíticas e sintéticas, relação de descontos, cálculos de cédulas, resumo geral e por folhas, listagens alfabéticas e numéricas, folha de pensão alimentícia e relação de pessoal em folhas; b) cadastratamento geral de veículos automotores registrados no Distrito Federal; c) emissão de guias e listagens por ordem alfabética, numérica e pela marca dos veículos; e 2°) Aprovar a minuta de convênio, constante de fls. 55/57, cujo valor estimativo importa em Cr$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício". Relator: Diretor GILBERTO SOBRAL. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado a reunião, da qual, para constar, eu, MARLUCE AUGUSTO DE OLIVEIRA, Secretária "ad-hoc", lavrei a presente ata, que lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente e Diretores presentes.

OSVALDO JANOT FILHO; GILBERTO SOBRAL; SÉRGIO GARCIA PARENTE; MARLUCE AUGUSTO DE OLIVEIRA - Secretária "ad-hoc"

ATA DA 521ª. (QUINGENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL — CODEPLAN, REALIZADA NO DIA 31 DE JANEIRO DE 1978.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e oito, às 11:00 (onze) horas, na sede social da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central — CODEPLAN, situada no SEUPN- Av. W/3 Norte — Quadra 511 — Bloco "A", em Brasília — Distrito Federal, realizou-se a 521ª. (quingentésima vigésima primeira) reunião ordinária da Diretoria, sob a presidência do Senhor LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO, Superintendente da Empresa, e com a presença dos Diretores GILBERTO SOBRAL, OSVALDO JANOT FILHO e SÉRGIO GARCIA PARENTE. Inicialmente o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e solicitou que se procedesse à leitura da ata da reunião anterior que, lida e posta em discussão, foi por unanimidade aprovada. A seguir, o Senhor Presidente fez a leitura da pauta, para apreciação do assunto nela contido, submetendo à apreciação dos Membros do Plenário o seguinte processo: Processo N° 740.114/78 — REF.: TERRAFOTO S.A. ATIVIDADES DE AEROLEVANTAMENTOS — CELEBRAÇAO DE CONTRATO PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE PESQUISA TOPOGRÁFICA DESTINADA À IDENTIFICAÇAO E POSICIONAMENTO DE REDES DE UTILIDADES PÚBLICAS DO DF, tendo a Diretoria proferido decisão do seguinte teor: "A Diretoria, ao apreciar a Proposta N° 002/78, da TERRAFOTO, de 17 de janeiro de 1978, às fls. 02/05 do Processo N° 740.114/78, bem como as demais peças que o compõem; Considerando o Convênio assinado pela CODEPLAN com a Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP, Companhia de Eletricidade de Brasília — CEB, Companhia de Água e Esgotos de Brasília — CAESB e Telecomunicações de Brasília S/A — TELEBRASILIA, em 04 de maio de 1977, visando a implantação do Cadastro Técnico do Distrito Federal; Considerando que a TERRAFOTO é Empresa Pública vinculada ao Governo do Estado de São Paulo; DECIDE: 1°) Dispensar a licitação por Tomada de Preços, na forma do disposto no art. 3°., letra "g", Parágrafo Primeiro, combinado com o art. 31 inciso I, e com o art. 32, todos da Resolução N° 22/76, com as alterações processadas pela Resolução N° 27/76, ambas do Egrégio Conselho de Administração desta Companhia, para a prestação pela TERRAFOTO S.A. Atividades de Aerolevantamentos, Empresa Pública vinculada ao Governo do Estado de São Paulo, para a CODEPLAN, de serviços técnicos de pesquisas topográfica destinada à identificação e posicionamento de redes de utilidades públicas de setores do Plano Piloto de Brasília — Distrito Federal; 2°) Autorizar a celebração do respectivo contrato, nos termos da minuta constante de fls. 07/11 do Processo em epígrafe, pelo valor global de Cr$ 2.022.274,80 (dois milhões, vinte e dois mil, duzentos e setenta e quatro cruzeiros e oitenta centavos)". Relator: Diretor OSVALDO JANOT FILHO. Em seguida, por proposição do Senhor Presidente e ampla discussão do assunto pelos Membros do Colegiado, a Diretoria decidiu autorizar aos Senhores LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO e SÉRGIO GARCIA PARENTE, Superintendente e Diretor Administrativo desta Empresa, respectivamente, a promover gestões junto à Diretoria do Banco Regional de Brasília S.A., no sentido de conceder empréstimo à CODEPLAN, no valor de Cr$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros), destinado a cobrir os gastos de investimento e os dispêndios que serão realizados com a implantação do Centro de Processamento de Dados do Distrito Federal, cuja competência de execução foi atribuída a esta Companhia com o advento do Decreto N° 3.373 — de 24 de agosto de 1976. Dando continuidade aos trabalhos, o Senhor Presidente comunicou aos Senhores Membros do Plenário que, na data de 30 (trinta) de janeiro do corrente ano de 1978 (mil novecentos e setenta e oito), os Senhores Conselheiros de Administração concluíram o estudo de adaptação dos Estatutos Sociais desta Empresa à nova Lei das Sociedades Anônimas, e sugeriram fosse encaminhada uma cópia do processo à douta Procuradoria Geral do Distrito Federal. Em continuidade aos trabalhos, por proposição do Senhor Presidente, a Diretoria decidiu autorizar a convocação dos Senhores Acionistas, para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 15 (quinze) do próximo mês de fevereiro do corrente ano de 1978 (mil novecentos e setenta e oito), às 17:00 (dezessete) horas, em sua sede social, situada no SEUPN — Av. W/3 Norte- Quadra 511 — Bloco "A", nesta Capital, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. ADAPTAÇAO DOS ESTATUTOS SOCIAIS À NOVA LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS; 2. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL; 3. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA EMPRESA. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente

declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, MARLUCE AUGUSTO DE OLIVEIRA, Secretária "ad-hoc", lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente e Diretores presentes.

LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO; GILBERTO SOBRAL; OSVALDO JANOT FILHO; SERGIO GARCIA PARENTE; MARLUCE AUGUSTO DE OLIVEIRA-Secretária "ad-hoc".

ATA DA 522ª. (QUINGENTESIMA VIGESIMA SEGUNDA) REUNIAO ORDINARIA DA DIRETORIA DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL CODEPLAN, REALIZADA NO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 1978.

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e oito, às 9:00 (nove) horas, na sede social da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central — CODEPLAN, situada no SEUPN — Av. W/3 Norte — Quadra 511 — Bloco "A", em Brasília — Distrito Federal, realizou-se a 522ª. (quingentesima vigesima segunda) reunião ordinária da Diretoria, sob a presidência do Senhor LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO, Superintendente da Empresa, e com a presença dos Diretores GILBERTO SOBRAL, OSVALDO JANOT FILHO e SERGIO GARCIA PARENTE. Inicialmente o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e solicitou que se procedesse à leitura da ata da reunião anterior que, lida e posta em discussão, foi por unanimidade aprovada. A seguir, foram apreciados os seguintes processos constantes da pauta: 1. Processo Nº 740.211/78 REF.: ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO DA CODEPLAN PARA O EXERCICIO DE 1978, tendo a Diretoria proferido decisão nos seguintes termos: "A Diretoria, tendo em vista a Exposição de Motivos de fls. 01/02 do Processo Nº 740.211/78, da Divisão de Custos e Orçamento, DECIDE aprovar e submeter à elevada apreciação do Egrégio Conselho de Administração, as seguintes alterações do orçamento da CODEPLAN para o corrente exercício: **ALTERAÇOES** — I — **ANULAR** — Projeto 1.002 — Início e/ou Prosseguimento de Estudos e Projetos de Desenvolvimento Econômico e Social. 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial 2.000.000,00 — Atividade 2.801 — Manutenção dos Serviços e Atividades da CODEPLAN — 3.2.7.0 — Diversas Transferências Correntes **300.000,00** — TOTAL — 2.300.000,00 — II — **SUPLEMENTAR** — Projeto 1.002 — Início e/ou Prosseguimento de Estudos e Projetos de Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.3.1 — Remuneração de Serviços Pessoais 2.000.000,00 — Atividade 2.801 — Manutenção dos Serviços e Atividades da CODEPLAN. 3.1.4.0 — Encargos Diversos **300.000,00** — TOTAL 2.300.000,00. As operações supracitadas não alteram o valor do Orçamento, permanecendo a Receita e Despesa globais estimadas em Cr$ 87.219.000,00 (oitenta e sete milhões, duzentos e dezenove mil cruzeiros). Relator: Diretor SERGIO GARCIA PARENTE. 2. Processo Nº 740.205/78 — Assunto: DIRAD-PROPOE AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA, tendo a Diretoria adotado a seguinte decisão: "A Diretoria, tendo em vista proposição da Diretoria Administrativa, conforme consta do O.I. Nº 07/78 — DIRAD, decide aprovar e submeter à apreciação do Conselho Fiscal da CODEPLAN, o aumento do Capital Social desta Empresa, de Cr$ 665.000,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil cruzeiros) para Cr$ 3.990.000,00 (treis milhões, novecentos e noventa mil cruzeiros), objetivando dar aos acionistas desta Companhia, bonificação de 05 (cinco) ações para cada ação possuída, utilizando-se, para tanto, os recursos abaixo discriminados: — RESERVA PARA CORREÇAO MONETARIA DO ATIVO IMOBILIZADO Cr$ 1.060.830,55 — RESERVA PARA AUMENTO DO CAPITAL Cr$ 1.018.701,93 — LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO DE 1976 Cr$ 1.245.467,52 — TOTAL Cr$ 3.325.000,00 (treis milhões, trezentos e vinte e cinco mil cruzeiros). Relator: Diretor SERGIO GARCIA PARENTE. Em prosseguimento, o Senhor Presidente submeteu à apreciação do Plenário os seguintes assuntos: a) CONVENIO DISTRITO FEDERAL/CODEPLAN, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇAO, OPERAÇAO E MANUTENÇAO DE SISTEMAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, tendo a Diretoria adotado decisão do seguinte teor: "A Diretoria, com o voto do Relator, decide: 1º) Autorizar a efetivação de Convênio entre o Distrito Federal e a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, tendo por objeto a prestação pela CODEPLAN, ao Distrito Federal, através da Secretaria do Governo, de serviços técnicos de desenvolvimento, implantação, operação e manutenção dos sistemas de aplicação de técnicas de processamento de dados e tratamento de informações de interesse dos órgãos da Administração Direta do Distrito Federal, cujos recursos orçamentários tenham sido centralizados na Secretaria do Governo; 2º) Aprovar a minuta de convênio, anexa, cujo valor está fixado em Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício; 3º) Aprovar o prazo de vigência do citado convênio, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas do Distrito Federal, até 31 de dezembro de 1978". Relator: Diretor GILBERTO SOBRAL; e b) CONVENIO DISTRITO FEDERAL/CODEPLAN, OBJETIVANDO A EXECUÇAO DE TRABALHOS DE ASSISTENCIA TECNICA, CONSULTORIA, PESQUISAS, ORGANIZAÇAO E ENGENHARIA, tendo a Diretoria proferido esta decisão: "A Diretoria, com o voto do Relator, decide: 1º) Autorizar a efetivação de Convênio entre o Distrito Federal e a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, tendo por objetivo a realização pela CODEPLAN, para o Distrito Federal, através da Secretaria do Governo, de estudos e pesquisas nas áreas de Planejamento e Desenvolvimento, bem como a execução de pesquisas sócio-econômicas, trabalhos de organização administrativa e contábil, projetos econômicos, assistência técnica, consultoria e processamento de dados; 2º) Aprovar a minuta de convênio, anexa, cujo valor está fixado em Cr$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil cruzeiros), recursos estes procedentes do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, e correrão à conta da dotação orçamentária da Secretaria do Governo; 3º) Aprovar o prazo de vigência do citado convênio, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, até 31 de dezembro do corrente ano de 1978. Relator: Diretor GILBERTO SOBRAL. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, LAIS DA COSTA PARANHOS, Secretária, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente e Diretores presentes.

LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO, GILBERTO SOBRAL, SERGIO GARCIA PARENTE, OSVALDO JANOT FILHO, LAIS DA COSTA PARANHOS-Secretária.

ATA DA 523ª. (QUINGENTESIMA VIGESIMA TERCEIRA) REUNIAO ORDINARIA DA DIRETORIA DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 1978.

Aos quatorze dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e oito, às 9:00 (nove) horas, na sede social da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, situada no SEUPN - Av. W/3 Norte - Quadra 511 - Bloco "A", em Brasília - Distrito Federal, realizou-se a 523ª. (quingentésima vigésima terceira) reunião ordinária da Diretoria, sob a presidência do Senhor LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO, Superintendente da Empresa, e com a presença dos Diretores GILBERTO SOBRAL, OSVALDO JANOT FILHO e SERGIO GARCIA PARENTE. Inicialmente o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e solicitou que se procedesse à leitura da ata da reunião anterior que, lida e posta em discussão, foi por unanimidade aprovada. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação do Plenário o seguinte assunto constante da pauta: Processo nº 740.219/78 - REF.: CONVÊNIO A SER CELEBRADO ENTRE A CAESB E A CODEPLAN, EM DECORRENCIA DO ASSUNTO CONTIDO NO PROCESSO Nº 033.182/77-GDF, tendo a Diretoria adotado a seguinte decisão: "A Diretoria, com o voto do Relator, e de acordo com o que consta do Processo nº 033.182/77-GDF, decide autorizar a efetivação de Convênio entre a COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA E A CODEPLAN, pelo qual esta Empresa se incumbirá da execução de serviços e assessoria técnica na área de processamento de dados, bem como da realização de pesquisas e estudos sócio-econômicos e estatísticos, de interesse da CAESB, pelo prazo de 02 (dois) anos a contar da data de sua assinatura, dando-se ao mesmo o valor de Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) e Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros), respectivamente, no primeiro e segundo anos, nos termos da minuta constante de fls. 11/13 do presente processo". Relator: Diretor GILBERTO SOBRAL. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, LAIS DA COSTA PARANHOS, Secretária, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente e Diretores presentes.

LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO; GILBERTO SOBRAL; OSVALDO JANOT FILHO; SERGIO GARCIA PARENTE; LAIS DA COSTA PARANHOS - Secretária.

ATA DA 524ª. (QUINGENTÉSIMA VIGÉSIMA QUARTA) REUNIAO ORDINARIA DA DIRETORIA DA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 1978.

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e oito, às 17:00 (dezessete) horas, na sede social da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN, situada no SEUPN - Av. W/3 Norte - Quadra 511 - Bloco "A", em Brasília - Distrito Federal, realizou-se a 524ª. (quingentésima vigésima quarta) Reunião Ordinária da Diretoria, sob a presidência do Senhor LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO, Superintendente da Empresa, e com a presença dos Diretores GILBERTO SOBRAL, OSVALDO JANOT FILHO e SERGIO GARCIA PARENTE. Inicialmente o Senhor Presidente declarou aberta a sessão e solicitou que se procedesse à leitura da ata da reunião anterior que, lida e posta em discussão, foi por unanimidade aprovada. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação do Plenário o seguinte assunto constante da pauta: Processo nº 740.246/78 - REF.: CONVÊNIO A SER CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A NOVACAP, COM A INTERVENIENCIA DA CODEPLAN, tendo a Diretoria proferido decisão nos seguintes termos: "A Diretoria, com o voto do Relator, decide autorizar a efetivação de Convênio entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, com a interveniência desta Empresa, objetivando a execução para o Distrito Federal pela NOVACAP, através do seu sistema eletrônico de processamento de dados, dos serviços decorrentes do Lançamento da Dívida Ativa, pelo prazo de 12 (doze) meses, contados de 1º de janeiro de 1978 a 31 de dezembro de 1978, entrando em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial do Distrito Federal", e valor estimado de Cr$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros), nos termos da minuta constante de fls. 02/04 do presente processo". Relator: Diretor GILBERTO SOBRAL. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, LAIS DA COSTA PARANHOS, Secretária, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai por mim subscrita e assinada pelo Senhor Presidente e Diretores presentes.

LAURINDO ALBERTO DE OLIVEIRA COUTO; GILBERTO SOBRAL; OSVALDO JANOT FILHO; SERGIO GARCIA PARENTE; LAIS DA COSTA PARANHOS - Secretária.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto «N» nº 428 de 28 de julho de 1.965, e tendo em vista o que consta OI. nº 35/78 - CSP/SEA/21.02.78,

RESOLVE:

REMOVER RAIMUNDO FERREIRA PINTO, cargo: Agente de Portaria - Cl. «B», nível: Código TP-602.2, matrícula nº 14.128, do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL, do (a) Coordenação do Sistema de Administraçã(o de Próprios, para Coordenação do Sistema de Pessoal, desta Secretaria.

Distrito Federal, 22.02.78

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG-SEA

ORDEM DE SERVIÇO

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL, DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇAO GERAL, DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 27, alínea a, do Decreto «N» nº 428 de 28 de julho de 1.965, e

tendo em vista o que consta da ORDEM DE SERVIÇO - DRMP/SEA/08.02.78.

RESOLVE:

LOTAR ODORILO MENDONÇA DE BRITO, CARGO Artífice de Manutenção Restauração de Veículos, Nível ART-505.5, matrícula nº 16.917, do QUADRO DE PESSOAL DO DISTRITO FEDERAL na (o) Coordenação do Sistema de Transportes Internos, desta Secretaria.

Distrito Federal, 23.02.78

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal - DAG - SEA

Matrícula: 01.143
Servidor: JOSÉ DA SILVA
Req. 41/78-SP/SEA
Despacho: CONCEDO Salário-Família ao servidor pela sua dependente: ELIZABETH CAROLINA DA SILVA, filha, nascida em 11.1.78 e.o pagamento a partir de jan/78.

Matrícula: 02.900
Servidor: RAIMUNDO FLORENCIO SILVA
Req. 36/78-SP/SEA
Despacho: CONCEDO Salário-Família ao servidor pela sua dependente: NEIDE NEVES SILVA, filha, nascida em 12.01.78 e o pagamento a partir de jan/78.

Matrícula: 09.957
Servidor: Brasil Batista de Oliveira
Req. 49/78-SP/SEA
Despacho: CONCEDO Salário-família ao servidor pela sua dependente, KARLA BATISTA DE OLIVEIRA, filha, nascida em 19.02.78 e o pagamento a partir de fev/78.

Matrícula: 10.938
Servidor: ESPEDITO FERREIRA DE CARVALHO
Req. : 40/78-SP/SEA
Despacho: CANCELO Salário-Família do servidor ref. sua dependente: MARIA DA CONCEIÇÃO FREIRE CARVALHO, espôsa, por ter a mesma rendimentos próprios conforme consta da declaração do Min. das Comunicações, e o cancelamento a partir de jan/78.

Brasília, 06 de março de 1.978

JEREMIAS LEITE DA SILVA
Chefe da Seção de Pessoal
DAG - SEA

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR

ATOS DO SUPERINTENDENTE

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

Assunto - Salário Família

I - Interessado - José Barbalho de Oliveira
Despacho - Concede a partir de 16/02/78
Dependente - Fábio Silva Barbalho de Oliveira - 09/02/78

II - Interessado - Marcel Nunes de Carvalho
Despacho - Concede a partir de 17/02/78
Dependente - Raquel Melo Nunes de Carvalho - 06/12/77

Brasília-DF, 17 de fevereiro de 1978

JOSÉ RICARDO DE MORAIS VERANO

Divisão de Administração Geral
Chefe

DIONISIO JORGE DA SILVA
Seção de Pessoal
Chefe

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL

DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

Atos do Diretor

PROCESSO Nº: 126561/78
INTERESSADO: JORCELINO FRANCISCO AMANCIO
MATRICULA Nº: 31.385
ASSUNTO: Reassuncão de Licença para trato de Interesse Particular.
DESPACHO: Autorizo a reassunção de Licença p/trato de Interesse Particular a partir de 01 de março de 1.978.

Em, 02 de março de 1.978.

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal.

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/fevereiro/1978
NOME: Agnaldo Cardoso Abdon Proc. 002034/78
MATRICULA: 9.319
CARGO: Artífice de Mecânica Classe Artífice-CÓDIGO: ART.501.2
REMOVE SEG PARA SEA

ORDEM DE SERVIÇO DE 21/fevereiro/1978
NOME: AIDA SOUZA PEQUENO - Proc. 101237/78
MATRICULA: 6.143
CARGO: SERVENTE
NIVEL 5
RETORNA FHDF PARA SES

ORDEM DE SERVIÇO DE 02/março/1978
NOME: Anita Luiza Sordi - O.I. nº 200/78
MATRICULA: 7.208
CARGO: Professora de Ensino Elementar
Nível 13-B
RETORNA FEDF PARA SEC

ORDEM DE SERVIÇO DE 27/fevereiro/1978
NOME: Arlindo Xavier de Barros
MATRICULA: 15.915
CARGO: Motorista
N. 12.C
REMOVE Adm. Regional de Taguatinga PARA SEA

ORDEM DE SERVIÇO DE 28/fevereiro/1978
NOME: Cícero Pereira da Silva - Of. nº 024/78-GMG-Chefia
MATRICULA: 15.257
CARGO: Motorista Oficial - Classe «A» -CÓDIGO: TP.601.3
REMOVE GAG PARA SEA

ORDEM DE SERVIÇO DE 23/fevereiro/1978
NOME: Edir Bites Nylander Brito
MATRICULA: 4.867
CARGO: Professor de Ensino Elementar
13.B
RETORNA FEDF PARA SEC

ORDEM DE SERVIÇO DE 23/fevereiro/1978
NOME: Francisco Fernandes Cavalcante - O.I. nº 071/78-IDR
MATRICULA: 1.599
CARGO: Auxiliar Rural
Nível 03
RETORNA IDR PARA SEA

ORDEM DE SERVIÇO DE 2/março/1978
NOME: Geldinildes Ribeiro Brito - Proc. nº 156191/78
MATRICULA: 3.932
CARGO: Agente Administrativo - Classe «A»
CÓDIGO: SA-401.2
REMOVE SEA PARA ASRIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 23/fevereiro/1978
NOME: Isabel Silveira de Oliveira - O.I. nº 105/78-SP/SEC
MATRICULA: 5.067
CARGO: Professora do Ensino Elementar
Nível 13.B
COLOCA À DISPOSIÇÃO da FEDF

ORDEM DE SERVIÇO DE 21/fevereiro/1978
NOME: José Almeida de Souza - O.I. nº 22/78-SP/DAG/RA-V
MATRICULA: 12.426
CARGO: Artífice de Carpintaria e Marcenaria - Classe Artífice
CÓDIGO: ART. 503.2
REMOVE SEP PARA Adm. Regional de Sobradinho

ORDEM DE SERVIÇO DE 20/fevereiro/1978
NOME: Latife Hamú Xavier - O.I. nº 162/78
MATRICULA: 7.201
CARGO: Professor de Ensino Elementar
Nível 13-B
REMOVE SEC PARA PRG

ORDEM DE SERVIÇO DE 10/fevereiro/1978
NOME: LEILA PINTO - O.I. nº 051/78-SP/SES
MATRICULA: 7.513
CARGO: Auxiliar de Enfermagem
Nível 14.B
COLOCA À DISPOSIÇÃO da FHDF

ORDEM DE SERVIÇO DE 20/fevereiro/1978
NOME: Maria das Mercês Costa Rego - O.I. nº 052/78-SP/SES
MATRICULA: 5.345
CARGO: Enfermeira
Nível 22.C
COLOCA À DISPOSIÇÃO FHDF

ORDEM DE SERVIÇO DE 1º/março/1978
NOME: Maria José Braga - O.I. nº 113/78-SP/DAG/SEC
MATRICULA: 3220
CARGO: Professora de Ensino Elementar
Nível 13.B
COLOCA À DISPOSIÇÃO FEDF

ORDEM DE SERVIÇO DE 2/março/1978
NOME: Nerino de Melo e Silva
MATRICULA: 4.275
CARGO: Professor de Ensino Médio
CÓDIGO: MGI.02.19
REMOVE SEA PARA SEC
COLOCA À DISPOSIÇÃO FEDF

ORDEM DE SERVIÇO DE 2/março/1978
NOME: Olival de Castro Abadia
MATRICULA: 8.515
CARGO: Técnico de Administração - classe «A»
CÓDIGO: NS.715.4
REMOVE PRG PARA SEC

ORDEM DE SERVIÇO DE 22/fevereiro/1978
NOME: Mário Pereira de Oliveira - Processo nº 620610/78
MATRICULA: 11.093
CARGO: Aux. Op. em Agropecuária - Classe «B»
CÓDIGO: NM.807.2
RETORNA FZDF PARA SAP

ORDEM DE SERVIÇO DE 22/fevereiro/1978
NOME: Isolino Santiago da Silva - Processo nº 620610/78
MATRICULA: 11.244
CARGO: Auxiliar Operacional em Agropecuária - Classe «A»
CÓDIGO: NM.807.1
RETORNA FZDF PARA SAP

ORDEM DE SERVIÇO DE 22/fevereiro/1978
NOME: José Xavier de Lima - Processo nº 620610/78
MATRICULA: 11.569
CARGO: Operário Rural
Nível 01
RETORNA FZDF PARA SAP

ORDEM DE SERVIÇO DE 22/fevereiro/1978
NOME: Raimundo Francisco de Souza - Processo 620610/78
MATRICULA: 584
CARGO: Trabalhador
Nível 01
RETORNA FZDF PARA SAP

ORDEM DE SERVIÇO DE 27/fevereiro/1978
NOME: Onofre Ferreira - Processo nº 256195/78
MATRICULA: 4.300
CARGO: Carpinteiro
CÓDIGO: Nível: 9-B
RETORNA da FEDF PARA a SEC
REMOVE DA SEC PARA a Adm. Regional de Taguatinga.

ORDEM DE SERVIÇO DE 24/fevereiro/1978
NOME: Raimundo Araújo Borges
MATRICULA: 11.963
CARGO: Art. de Eletricidade e Comunicação - Cl. Art. Especializado
CÓDIGO: ART-505.3
REMOVE da SEA PARA a SEF.

ORDEM DE SERVIÇO DE 01/março/1978
NOME: Walter Albuquerque Mello
MATRICULA: 6.598
CARGO: Téc. em Comunicação Social - Classe - «B»
CÓDIGO: NS-722-4
RETORNA da FCDF PARA a SEC.

ORDEM DE SERVIÇO DE 02/março/1978
NOME: Waldor Ferreira de Souza
MATRICULA: 16.099
CARGO: Agente Administrativo - Classe - «C»
CÓDIGO: SA-401.4
RETORNA da SEA PARA a SEG.

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal
CSP . SEA/DF

FERNANDO RATEKE
Seção de Movimentação de Pessoal DRMP/CSP
Chefe

Seção de Cadastro Funcional

LICENÇA ESPECIAL - INDEFERIDA

Proc. 218.525/77
Nome: JOSÉ MARIO RODRIGUES matrícula 16.484-RA-V
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o(s) item (ns) II, do artigo 4º, do Decreto «N» nº 649, de 31 de agosto de 1.967.

Proc. 100.793/78
Nome: LAURA REZENDE MARANHÃO matrícula 05.158-SES
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o(s) item (ns) Art. 2º, Dec. 649/67, do artigo 4º, do Decreto «N» nº 649, de 31 de agosto de 1.967.

Proc. 002.254/78
Nome: MARIA ADÉLIA DO NASCIMENTO matrícula 02.827-SEA
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o(s) item (ns) II, do artigo 4º, do Decreto «N» nº 649, de 31 de agosto de 1.967.

Proc. 120.179/78
Nome: MARCELINO FELICIANO DOS SANTOS, matrícula 6.439-SEP
Despacho: INDEDEFIRO, de acordo com o(s) item(ns) II, do artigo 4º, do Decreto «N» nº 649 de 31 de agosto de 1967.

Proc. 100.830/78
Nome: VALDELICE BARROS DA SILVA, matrícula 5.600-SES
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o(s) item (ns) II, do artigo 4º, do Decreto «N» nº 649, de 31 de agosto de 1.967.

Em, 23 de fevereiro de 1.978

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal
CSP - SEA/DF

GERALDO COSTA
Seção de Cadastro Funcional - CRMP/CSP
Chefe

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 03 DE MARCO DE 1978

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 1°, Inciso I, do Decreto "E" n° 340, de 12 de dezembro de 1967, combinado com o que dispõe o Decreto n° 3838, de 31 de agosto de 1977,

RESOLVE:

Autorizar o afastamento da servidora MARIA BERNADETTE DE MIRANDA PEREIRA, Assistente Social, NS 721.1, matrícula n° 7514, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, à disposição do Programa de Emprego do Distrito Federal, exercendo a função de Coordenadora da Matriz do Distrito Federal - SINE-DF, com destino à cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no período de 06 a 10 do corrente mês, em objeto de Serviço.
Distrito Federal, 03 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Secretário de Serviços Sociais

PORTARIA DE 03 DE MARÇO DE 1978

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 1°, Inciso I, do Decreto "E" n°340, de 12 de dezembro de 1967, combinado com o que dispõe o Decreto n° 3838, de 31 de agosto de 1977,

RESOLVE:

Autorizar o afastamento da servidora ANA MARIA CARVALHO FERREIRA SANTOS, Assistente Social, NS-721.1, matrícula 8819, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, à disposição do Programa de Emprego do Distrito Federal, exercendo a função de Assessora da Matriz do Distrito Federal - SINE-DF, com destino à cidade de São Paulo - Estado de São Paulo, no período de 06 a 10 do corrente mês, em objeto de serviço.
Distrito Federal, 03 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Secretário de Serviços Sociais

PORTARIA DE 07 DE MARÇO DE 1978

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS SOCIAIS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 20, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto n° 2.904, de 22 de maio de 1975, combinado com o Artigo 99, do Decreto n° 2.951, de 22 de junho de 1975,

RESOLVE:

Designar a servidora MARIA DAS DORES CORSINO DE LIRA, Instrutora de Trabalhos Manuais, nível 08, matrícula n° 965, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Documentação Administrativa, Símbolo FC-06, da Divisão de Administração Geral desta Secretaria, no período de 07 a 22 de março de 1978, relativo à licença para tratamento de saúde da titular.

Brasília, 07 de março de 1978

MARIVAL PEREIRA TAPIOCA
Secretário de Serviços Sociais

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 1978.

O SECRETARIO DE AGRICULTURA E PRODUÇAO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que o cargo lhe confere.

RESOLVE:

Baixar a presente Portaria autorizando o servidor CARLOS MAGNO REHEM DANTAS, Assessor Auxiliar, Símbolo FC- 02, matrícula n° 18.789- GDF, a viajar a cidade de SALVADOR - ESTADO DA BAHIA, no período de 1° a 02 de março de 1978, em objeto de serviço desta Pasta.
Distrito Federal, 28 de fevereiro de 1978.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Secretário

PORTARIA DE 6 DE MARÇO DE 1978

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PRODUÇAO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Designar MARIA ELIZABETH RAVAGNANI ARAUJO DE CASTRO, Assistente da Presidência da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, matrícula n° 90.696-FZ, para membro da comissão incumbida de elaborar expedientes e de propor as medidas necessárias a implantação da Empresa de Assistência Técnica e Extansão Rural do Distrito Federal-EMATER/DF, instituída através da Portaria de 17 de janeiro de 1978
Distrito Federal, 06 de março de 1978

PEDRO DO CARMO DANTAS
Secretário

DESPACHO

PROCESSO N°: 033107/77
INTERESSADO: Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. — SHIS
ASSUNTO: Reconhecimento de dívida de exercícios anteriores.

DESPACHO:

Reconheço a dívida a que se refere o presente processo, no valor de Cr$ 68.200,00 (sessenta e oito mil e duzentos cruzeiros) a favor da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda — SHIS, nos termos do parágrafo único, item III, do Decreto n° 62.115, de 15 de janeiro de 1968, combinado com o Artigo 40, § 1°, inciso II e § 2°, inciso II do Decreto n° 4.015, de 29 de dezembro de 1977.

Publique-se e encaminhe-se à Secretaria de Finanças, para as providências complementares.

Brasília, em 22 de fevereiro de 1978

PEDRO DO CARMO DANTAS
Secretário

FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL

Atos do Presidente

INSTRUÇAO DE SERVIÇO N° "P" 26 DE 22 DE FEVEREIRO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o ítem V, do Artigo 22, do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:
Designar, a partir de 16.02.78, o servidor JOSE SEBASTIAO DA SILVA, Auxiliar Técnico de Administração, matrícula n° 91.001-FZ, para exercer o Emprego em Comissão, símbolo EC-07, de Encarregado de Registro e Controle, da Procuradoria Jurídica.

PEDRO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N° "E" 03 DE 24 DE FEVEREIRO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o ítem V, do Artigo 22, do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:

Designar os servidores JOAO DE DEUS ARAUJO LIMA, Chefe da Divisão de Material e Patrimônio, matrícula n° 11.576-GDF, JOSE GIL SOARES DE MORAIS, Chefe do Serviço de Atividades Auxiliares, matrícula n° 91.941-FZ e JOSE REIS DE FREITAS, Assessor de Administração, matrícula n° 92.388-FZ, para, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão destinada a elaborar edital, receber e julgar as propostas apresentadas pelas firmas, referente a contratação de serviço de limpeza e conservação do Edifício Sede da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, conforme processo n° 620.747/78-FZ.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

INSTRUÇAO DE SERVIÇO N° "E" 04 DE 24 DE FEVEREIRO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das competência que lhe confere o ítem V, do Artigo 22, Estatuto da Entidade,

RESOLVE:

Designar, a partir de 10.02.78, os servidores JOEL DA MATA OLIVEIRA, Chefe do Serviço de Apreensão de Animais, matrícula n° 11.119-GDF, HAILTON PACHECO CAVALCANTE, Chefe da Seção de Expediente, do Jardim Zoológico, matrícula n° 90.756-FZ e DIVINO FARIA DE SANTANA, Auxiliar de Administração, matrícula n° 92.972-FZ, para sob a presidência do primeiro , comporem a Comissão destinada a avaliar e alienar mediante Leilão Público, os animais apreendidos e não procurados, que se encontram no Serviço de Apreensão de Animais, do Jardim Zoológico.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

INSTRUÇAO DE SERVIÇO N° "P" 27 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o ítem V, do Artigo 22, do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:

a) designar, a servidora MARUZA LIMA GORETTI, matrícula n° 92.868-FZ, para substituir o Chefe da Divisão de Engenharia Agrícola do Departamento de Engenharia e Mecanização Agrícola, em seu período de férias, de 1° a 30.03.1978;

b) suspender a Gratificação de Representação de Gabinete da supracitada servidora, durante o período de substituição, a que se refere o ítem anterior.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N° "P" 28 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o ítem V do artigo 22, do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:

Designar o servidor GONÇALO DE PAIVA MEDEIROS, Mestre de Obras, matrícula n° 06.668-GDF, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-06, de Administrador do Parque Florestal do Gama, do Departamento de Recursos Naturais.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N° "P" 29 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇAO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o ítem V, do Artigo 22, do Estatuto da Entidade.

RESOLVE:
Designar, o servidor RIGNO SANTOS AMARAL, Auxiliar Técnico de Administração, matrícula n° 92.182-FZ, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-06, de Chefe da Seção de Expediente do Departamento de Recursos Naturais.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N° "P" 31 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o ítem V do artigo 22, do Estatuto da Entidade.

RESOLVE:
Revogar, a Instrução de Serviço N° "P" 324, de 08.11.76, que designou o servidor GONÇALO DE PAIVA MEDEIROS, Mestre de Obras, matrícula n° 06.668-GDF, para responder pelo Emprego em Comissão, Símbolo EC-06, de Administrador da Estação Florestal Cabeça do Veado, do Departamento de Recursos Naturais, por ter sido designado pera exercer outra função.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N° "P" 30 DE 28 DE FEVEREIRO DE 1978

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o ítem V, do Artigo 22, do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:
a) designar o servidor REINALDO PEREIRA LORDELO, Técnico Agrícola, matrícula n° 04.486-GDF, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-06, de Administrador da Estação Florestal Cabeça do Veado, do Departamento de Recursos Naturais.
b) revogar a Instrução de Serviço "P" n° 13, de 11.01.78, que designou o referido servidor para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC-06, de Administrador do Parque Florestal do Gama.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - S A B

A T A - DA PRIMEIRA SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A. SAB, REALIZADA AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE HUM MIL, NOVECENTOS E SETENTA E SETE.

Aos trinta dias do mês de dezembro de hum mil, novecentos e setenta e sete, às dezoito (18) horas, na Sede Social da Empresa sita à Entrequadra Sul, trezentos e quatro/trezentos e cinco (304/305), designada Supermercado ' Unidade de Vizinhança número (03), reuniram-se em ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA os Acionistas da Sociedade a seguir enumerados: pelo Acionista DISTRITO FEDERAL, o Doutor EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO, Procurador Geral do Distrito Federal; pelo Acionista BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A.-BRB, o Doutor VENCESLAU MÍLTON; pelo Acionista SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.-SHIS, o Doutor FRANCISCO LUIZ BESSA LEITE; pelo Acionista SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA.-TCB, o Doutor EDMUNDO ADRIANO DE MELO BAPTISTA; pelo Acionista FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, ó Doutor JÉSUS JÁCOMO MANZAN; pelo Acionista COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, o Doutor ANTONIO RODRIGUES DA SILVA e pelo Acionista FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL - FSS, o Doutor CARLOS HENRIQUE MATIAS DA PAZ. Presentes ainda o Diretor Superintendente, Senhor JAYME LEIRO VILAN, o Diretor Administrativo e Financeiro, Senhor HÉRCULES BONIFÁCIO FERREIRA e o Doutor HENRIQUE TEIXEIRA TAMM, Assessor Jurídico desta Empresa. Verificado o "quorum" legal pelas assinaturas apostas no livro de presença foram os trabalhos' abertos pelo Diretor Superintendente, Senhor JAYME LEIRO ' VILAN, de acordo com o artigo 26, do ESTATUTO SOCIAL, em virtude da ausencia do Presidente do Conselho de Adminis - tração, Doutor PEDRO DO CARMO DANTAS. A seguir o Diretor ' Superintendente, solicitou aos Senhores Acionistas que fosse eleito para presidência desta Assembléia, o representante do Acionista Majoritário, Doutor EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO, que foi eleito por aclamação dos Senhores - Acionistas. Tomando a palavra o Senhor Presidente eleito agradeceu a confiança pela indicação e convidou o representante do Acionista COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, Doutor ANTONIO RODRIGUES DA SILVA, para secretariar a Assembléia, tendo o mesmo aceito e agradecido a indicação. A seguir o Senhor Presidente declarou - instalada a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, solicitando ao Secretário que procedesse a verificação das publicações e a leitura do Edital de convocação. Informou o Senhor Secretário aos Senhores Acionistas que as publicações no " DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL", foram efetuadas nos dias 23, 26 e 27 e no "CORREIO BRAZILIENSE" nos dias 23, 24 e 25, todas do mês em curso, com o seguinte teor: "GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO - SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A.-SAB ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL Nº 02/77 - "Nos termos do item VII, do artigo 17, do ESTATUTO SOCIAL DA SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A.-SAB, ficam os Senhores Acionistas convocados para se reunirem em ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, às 18:00 horas do dia 30 (trinta) de dezembro de 1977, na Sede da Empresa, situada na EQS. 304/305, Sobreloja do Supermercado nº 03, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: I - CORREÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO; II - ASSUNTOS DIVERSOS. Brasília, 21 de dezembro de 1977 - JAYME LEIRO VILAN - Diretor-Superintendente - SAB - HÉRCULES BONIFÁCIO FERREIRA - Diretor Administrativo e Financeiro - SAB". Estando tudo de conformidade com a Lei o Senhor Presidente deu prosseguimento aos trabalhos, colocando em discussão o item I da ORDEM DO DIA, ou seja, CORREÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO, apresentando o seguinte voto: "PROCESSO Nº 755.711/77 - INTERESSADO - SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A - SAB - ASSUNTO - Resultado da Correção do Ativo Imobilizado para 1976. Senhor Governador: Trata o processo da Correção Monetária do Ativo Imobilizado no valor de Cr$17.162.138,61(dezessete milhões, cento e sessenta e dois mil cento e trinta e oito cruzeiros e sessenta e um centavos) da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A.-SAB, referente' ao exercício financeiro de 1976, para inclusão da demonstração dos prejuízos acumulados no total de Cr$12.790.699,42' (doze milhões, setecentos e noventa mil, seiscentos e noventa e nove cruzeiros e quarenta e dois centavos), e o restante Cr$4.371.439,19 (quatro milhões, trezentos e setenta e um mil, quatrocentos e trinta e nove cruzeiros e dezenove centavos) destinados a reserva para aumento de capital, ouvidos os órgãos colegiados da Empresa que se manifestaram favoravelmente à providência. Submetido os autos à Procuradoria-Geral sugeri a audiência do Departamento de Auditoria da Secretaria de Finanças que exarou parecer (fls. 37/42) favoravelmente à proposição ressalvando ' apenas o saldo de Cr$4.371.439,19 (quatro milhões, trezentos e setenta e um mil quatrocentos e trinta e nove cruzeiros e dezenove centavos) cuja manutenção julga prudente , "pelo menos temporariamente, para que possa ocorrer à uma eventual baixa", objeto da correção. À consideração de Vossa Excelência, em 29 de dezembro de 1977. EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO - Procurador Geral". De acordo. ELMO SEREJO FARIAS - GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL. Posta a matéria em votação foi aprovado, por unanimidade a Correção Monetária do Ativo Imobilizado, destinando-se (doze milhões, setecentos e noventa mil, seiscentos e noventa e nove cruzeiros e quarenta e dois centavos), para cobertura dos prejuízos acumulados e (quatro milhões, trezentos e setenta e um mil, quatrocentos e trinta e nove cruzeiros e dezenove' centavos), para atender a extornos e baixas que venham ocorrer no Ativo Imobilizado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a presença de todos, do que para constar, eu, ANTONIO RODRIGUES DA SILVA, Secretário, lavrei a presente ATA, que lida e achada conforme vai assinada pelos Senhor Presidente e Senhores Acionistas.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
p/ DISTRITO FEDERAL

ACIONISTAS:

VENCESLAU MÍLTON
p/ BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A.-BRB

EDMUNDO ADRIANO DE MELO BAPTISTA
p/ SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA

FRANCISCO LUIZ BESSA LEITE
p/ SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA

ANTONIO RODRIGUES DA SILVA
p/ COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

JÉSUS JÁCOMO MANZAN
p/FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - FZDF

CARLOS HENRIQUE MATIAS DA PAZ
p/ FUNDAÇÃO DO SERVIÇOS SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

A T A - DA PRIMEIRA SESSÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A. SAB, REALIZADA AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE HUM MIL, NOVECENTOS E SETENTA E OITO.

Aos quatorze dias do mês de fevereiro de hum mil, novecentos e setenta e oito, às dez (10) horas, na Sede Social da Empresa sita à Entrequadra Sul, trezentos e quatro/trezentos e cinco (304/305), designada Supermercado Unidade de Vizinhança número três (03), reuniram-se em ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA os Acionistas da Sociedade, a seguir enumerados: pelo Acionista DISTRITO FEDERAL, o Doutor EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO, Procurador Geral do Distrito Federal; pelo Acionista BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A.-BRB, o Doutor VENCESLAU MÍLTON; pelo Acionista SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA.-SHIS, o Doutor FRANCISCO LUIZ BESSA LEITE; pelo Acionista SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA.-TCB, o Doutor EDMUNDO ADRIANO DE MELO BAPTISTA; pelo Acionista FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, o Doutor JÉSUS JÁCOMO MANZAN; pelo Acionista COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, o Doutor ANTONIO RODRIGUES DA SILVA e pelo Acionista FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL - FSS, o Doutor CARLOS HENRIQUE MATIAS DA PAZ. Presentes ainda os Senhores RENATO DE TEIVE ARGOLO, HUGO DE ASSIS COSTA e HELENICE ROCHA DE OLIVEIRA, que constituem o CONSELHO FISCAL da Empresa, o Diretor Superintendente, Senhor JAYME LEIRO VILAN, o Diretor Administrativo e Financeiro, Senhor HÉRCULES BONIFÁCIO FERREIRA e o Doutor HENRIQUE TEIXEIRA TAMM, Assessor Jurídico desta Empresa. Verificado o "quorum" legal pelas assinaturas apostas no livro de presença foram os trabalhos abertos pelo Diretor Superintendente, Senhor JAYME LEIRO VILAN, de acordo com o artigo 26, do ESTATUTO SOCIAL, em virtude da ausencia do Presidente do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, Doutor PEDRO DO CARMO DANTAS, que acompanhava o Senhor Ministro de Estado da Agricultura, em visita ao PADEF. A seguir o Diretor Superintendente, Senhor JAYME LEIRO VILAN. solicitou aos Senhores Acionistas que fosse eleito para presidência desta Assembléia, o representante do Acionista Majoritário, Doutor EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO, que foi eleito por aclamação dos Senhores Acionistas. Tomando a palavra o Senhor Presidente eleito agradeceu a confiança pela indicação e convidou o representante do Acionista COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, Doutor ANTONIO RODRIGUES DA SILVA, para secretariara Assembléia, tendo o mesmo aceito e agradecido a indicação. A seguir o Senhor Presidente declarou instalada a ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, solicitando ao Secretário que procedesse a leitura do Edital e a verificação das publicações. "GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO - SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A.-SAB - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL Nº 01/78 - Nos termos do item VIII, do artigo 17, do ESTATUTO SOCIAL da SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A.-SAB, ficam os Senhores Acionistas e Membros do CONSELHO FISCAL, convocados para se reunirem em ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, às 10:00 horas do dia 14 (quatorze) de fevereiro de 1978, na sede da Empresa, situada na EQS. 304/305, Sobreloja do Supermercado nº 03, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: I - ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL; II - ELEIÇÃO DE DOIS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO; III - ASSUNTOS DIVERSOS. Brasília, 31 de janeiro de 1978. JAYME LEIRO VILAN - Diretor Superintendente - SAB". As publicações foram efetuadas no "DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL", nos dias 03, 08 e 09 e no "CORREIO BRAZILIENSE" nos dias 03, 04 e 05. Estando tudo de conformidade com a Lei o Senhor Presidente deu prosseguimento aos trabalhos, colocando em discussão o item I da Ordem do Dia, ou seja, ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, apresentando o seguinte voto: "PROCESSO Nº 002.293/78 - INTERESSADO - SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S/A.SAB ASSUNTO - Encaminha em anexo, projeto do Estatuto Social' da referida Empresa, Senhor Governador: trata o processo de projeto do Estatuto Social da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB a fim de adaptação à Lei das Sociedades por Ações, Apesar do excelente trabalho apresentado pela Diretoria da SAB relativo à alteração estatutária após a audiência do Departamento de Auditoria da Secretaria de Finanças, apresentamos a Vossa Excelência substitutivo ao projeto do Estatuto Social que melhor atende à Lei 6.404/76 e, no qual incorporamos as formulações apresentadas por aquele Departamento e pelo Exmº Sr. Secretário de Finanças, Doutor FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE. Em síntese, as modificações mais importantes feitas ao projeto são as seguintes: 1) exclusão de autorizacão à SAB para instalar lojas em outras regiões fora do Distrito Federal, tendo em vista a sua destinação, isto é, o abastecimento exclusivo' do Distrito Federal; somente lei poderia ampliar a sua área operacional (art. 3º. §1º, substitutivo); 2) explicitação' da vinculação da Empresa à auditoria financeira da SEF nos termos do art. 3º, da Lei nº 4.545/64 (art, 6º, substitutivo); 3) condição de efetivação de doações de acordo com o princípio da razoabilidade nos termos do art, 154, §4º, da Lei nº 6.404/76 (art, 12, VI, substitutivo); 4) convocação da Assembléia Geral redigida de forma mais precisa nos termos da Lei (art. 16,substitutivo); 5) supressão dos membros natos do Conselho de Administração incompatível com o disposto no art. 122, II, da Lei nº 6,404/76 (art. 19, substitutivo); 6) permitiu-se a convocação do Conselho de Administração não somente pelo seu Presidente, como também por 2 (dois) de seus membros, prevendo-se a ausência do Presidente (art. 24, substitutivo); 7) após análise da fórmula de participação constante do projeto considerada inviável incorporou-se ao substitutivo nova fórmula apresentada pela Empresa (art.52, I); 8)eliminação da exigência de Decreto e da realização de 2 (duas) Assembléias para a efetivação de dissolução da Sociedade, requerendo se apenas a reunião de 1 (uma) Assembléia, convocada especialmente para este fim, A título de esclarecimento, informo a Vossa Excelência que o substitutivo manteve a proposição original quanto à criação da Diretoria Comercial, a ser oportunamente provida por decisão do Conselho de Administração (Arts, 32, 47, II, 49, 64, substitutivo). A superior consideração de Vossa Excelência, em 13 de fevereiro de 1978. EMMANUEL MENDES LYRIO - Procurador Geral. De acordo. ELMO SEREJO FARIAS - GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL. Posta a matéria em votação foi o substitutivo apresentado pela Procuradoria Geral, aprovado pela unanimidade dos Senhores Acionistas, passando o ESTATUTO SOCIAL desta Sociedade ter a seguinte redação: TÍTULO I - DA CONSTITUIÇÃO. SEDE E OBJETO -Art. 1º - A Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB, instituída em 25 de maio de 1962 pela então Prefeitura do Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, conforme Contrato Social registrado na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 785, confirmada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, e transformada em Sociedade Anônima pela Assembléia Geral Ordinária de 31 de junho de 1966, de acordc com o art. 36 da mencionada Lei, passa a ser administrada na forma deste Estatuto. Art. 2º - A Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A - SAB, empresa pública de direito privado, sob a for

ma de sociedade anônima , rege-se pelas Leis nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964 e nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, por legislação que lhe for aplicável e pelo presente Estatuto. Art. 3º - A SAB, com sede e foro em Brasília e jurisdição em todo o Distrito Federal, integra a Administração Descentralizada do Distrito Federal, na forma do inciso II e parágrafos do artigo 3º, bem como dos parágrafos do artigo 15 e artigo 18 da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964. §1º - A SAB poderá instalar ou suprimir escritórios de representação em outras regiões. §2º - A SAB poderá participar de outras sociedades, quando autorizada por lei ou no exercício de opção legal para aplicar imposto de renda em investimento setorial ou regional. Art. 4º A SAB tem por objeto: I - comércio, em grosso e a varejo , ou sob outras modalidades, de: a) gêneros e produtos destinados à alimentação em geral; b) artigos de vestuário, de higiene, de toucador e de uso pessoal; c) artigos de papelaria em geral; d) artigos de utilidade doméstica, inclusive eletrodomésticos; e) brinquedos em geral; f) artigos desportivos e de recreação em geral; g) máquinas e produtos destinados à agricultura, avicultura e pecuária; h) materiais de construção. II - industrialização de gêneros e produtos destinados à alimentação em geral. Art. 5º - O prazo de duração da SAB é indeterminado. Art. 6º - A SAB, para os fins do §1º do artigo 3º da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, vincula-se à Secretaria de Agricultura e Produção do Distrito Federal, na forma do artigo 18 daquela Lei, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 1º do Decreto-Lei nº 438, de 27 de janeiro de 1969, sem prejuízo da auditoria financeira, a cargo do órgão próprio da Secretaria de Finanças (art. 3º §1º, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964). TÍTULO II - DO CAPITAL E DAS AÇÕES . Art. 7º - O Capital Social da SAB é de Cr$44.156.405,00 (quarenta e quatro milhões, cento e cinqüenta e seis mil e quatrocentos e cinco cruzeiros), dividido em 8.831.281 ações ordinárias nominativas, no valor de Cr$5,00 (cinco cruzeiros) cada uma. Parágrafo único - A Assembléia Geral, independentemente de reforma estatutária, poderá aprovar aumento do capital social, em valor do capital ou em número de ações até o limite de 100% (cem por cento) do capital constante do "caput" deste artigo, com realização inicial de no mínimo 10% (dez por cento), o restante mediante chamada e assegurado o direito de preferência dos acionistas e obedecidos os demais termos da Lei. Art. 8º - As ações da SAB poderão ser adquiridas, mediante autorização da Assembléia Geral , por Autarquias, Empresas Públicas e Fundações instituídas pelo Poder Público, cabendo ao Distrito Federal e detenção de, pelo menos 51% (cinqüenta e um por cento) do Capital Social. Art. 9º - Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. TÍTULO III - DA ORGANIZAÇÃO FORMAL E FUNCIONAL - CAPÍTULO I - DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS -Art. 10 - São órgãos colegiados: I - Assembléia Geral; II - Conselho de Administração; III - Diretoria; IV - Conselho Fiscal. SEÇÃO I - DA ASSEMBLÉIA GERAL - Art. 11 - A Assembléia Geral composta de acionistas da Sociedade, convocada e instalada de acordo com a Lei e este Estatuto, tem poderes para decidir sobre os negócios relativos ao objeto da Sociedade e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Art. 12 - A Assembléia Geral compete, privativamente, além de outras atribuições conferidas pelo presente Estatuto ou por Lei: I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos ; III - eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e seus respectivos suplentes, bem como fixar-lhes as respectivas remunerações: IV - aprovar a correção da expressão monetária do Capital Social; V - reformar o Estatuto Social; VI - autorizar a entidade a fazer doações, após parecer conclusivo do Conselho de Administração, com base no § 4º do artigo 154 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976; VII - deliberar sobre integralização de capital em outras Sociedades, observado o disposto no § 2º, do artigo 3º, deste Estatuto; VIII - deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do Capital Social; IX - deliberar sobre a participação da Sociedade em outras empresas, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; X - fixar a remuneração dos Diretores . Art. 13 - A Assembléia Geral é ordinária quando tem por objeto as matérias contidas nos incisos I a IV do artigo 12 deste Estatuto, e extraordinária nos demais casos, ressalvado o disposto no Parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 6.404/76. Art. 14 - A Assembléia Geral ordinária reunir-se-á, anualmente, até o último dia útil do mês de abril. Art . 15 - A Assembléia Geral poderá reunir-se extraordinariamente sempre que os interesses da Sociedade o exigirem. Art. 16 - Compete ao Conselho de Administração convocar a Assembléia Geral. Parágrafo único - A Assembléia Geral também poderá ser convocada, nos termos da Lei e deste Estatuto: a) pela Diretoria; b) pelo Conselho Fiscal; c) por acionista ou acionistas. Art. 17 - As Assembléias Gerais serão abertas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou seu substituto legal, ou, na falta deste, pelo Diretor Superintendente em exercício, sendo presidida pelo acionsita que for eleito na ocasião, cabendo a este a escolha do Secretário entre os acionistas presentes. Art, 18 - Os membros do Conselho Fiscal, ou ao menos um deles, deverá comparecer às reuniões da Assembléia Geral e responder aos pedidos de informações formulados pelos Acionistas. Parágrafo único - Os pareceres e representações do Conselho Fiscal poderão ser apresentados e lidos na Assembléia Geral, independentemente de publicação e ainda que a matéria não conste da ordem do dia (art. 164 e parágrafo único da Lei nº 6.404/76. SEÇÃO II - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - Art. 19 - O Conselho de Administração, órgão de deliberação coletiva e de administração, responsável pela orientação normativa e controle da administração da Sociedade, e será composto de cinco (5) membros efetivos e respectivos suplentes eleitos pela Assembléia Geral, dentre acionistas da Sociedade. Art. 20 - Os membros do Conselho de Administração serão escolhidos dentre pessoas naturais, residentes no Distrito Federal, com experiência em Administração, e que não sejam entre si, ou com relação aos membros da Diretoria, parentes consangüíneos até o terceiro grau, observando-se também o disposto no art.147 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76. Art. 21 - Os Conselheiros serão substituídos pelos seus suplentes, na ordem em que foram eleitos. Art. 22 - Os mandatos dos membros eleitos serão de dois (2) anos, estendendo-se sua gestão até a investidura do novo Conselho eleito, permitida a reeleição. Art. 23 - A investidura dos membros do Conselho de Administração dar-se-á mediante assinatura do termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração. Art. 24 - O Conselho de Administração reunir-se-á na sede da SAB, ordinariamente, pelo memos de 15 (quinze) em (quinze) dias, e, extraordinariamente, quando convocado pelo seu Presidente ou, justificadamente, por dois (2) de seus membros. §1º - A ausência injustificada de qualquer um dos membros eleitos a 02 (duas) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas no mesmo exercício, implicará na extinção automática de seu mandato. §2º - O prazo para justificativa de ausência será de 10 (dez) dias, a contar da data da reunião em que a mesma ocorreu. Art. 25 - Para que as deliberações do Conselho de Administração tenham validade é exigido o quorum mínimo de 3 (três) de seus membros, e suas decisões serão tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o de desempate. Art. 26 - Das Reuniões do Conselho de Administração lavrar-se-ão atas que

serão assinadas pelos membros presentes. Parágrafo único - As Atas do Conselho de Administração que contiverem deliberações destinadas a produzir efeitos perante terceiros, ou ainda quando assim o determinar o próprio Conselho, serão arquivadas no registro do Comércio e publicadas, na íntegra, ou por extrato (arts. 142, parágrafo único e 289, da Lei nº 6.404/76). Art. 27 - As decisões do Conselho de Administração serão cumpridas, obrigatoriamente, pela Sociedade, salvo quando for interposto, pelo seu Presidente ou por 1/3 (um terço) de seus membros, recurso à Assembléia Geral, que será convocada para deliberar. Parágrafo único - Interposto o recurso, este terá efeito suspensivo, devendo a Assembléia Geral ser convocada nos 30 (trinta) dias seguintes. Art. 28 Além de outras atribuições previstas na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto, compete ao Conselho de Administração: I - orientar e controlar, através de diretrizes e normas, as atividades da Sociedade, zelando pelo cumprimento de suas finalidades e objetivos; II eleger e destituir os diretores da Sociedade; III - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os documentos da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; IV - aprovar o seu regimento; V - aprovar o Regimento da Sociedade e suas alterações; VI - aprovar e alterar as propostas anuais de orçamento de expansão econômica e orçamentos plurianuais de investimentos propostos pela Diretoria; VII - aprovar e alterar o sistema de classificação de empregos e os quadros de pessoal da Sociedade, criar e extinguir empregos, fixando os limites salariais, gratificações e outras vantagens propostas pela Diretoria; VIII - manifestar-se sobre propostas de reforma estatutária apresentadas pela Diretoria; IX - autorizar a alienação, oneração e permuta, de bens imóveis, pertencentes ao patrimônio da Sociedade, assim como a aquisição de outros que venham a integrá-lo; X - aprovar a indicação, feita pela Diretoria, dos representantes da Sociedade nos órgãos de administração e fiscalização das entidades de que participe, ou venha a participar; XI - pronunciar-se, previamente, e por proposta da Diretoria, sobre a contratação de serviços técnicos-especializados; XII - manifestar-se sobre contas, relatórios e balanços da Sociedade; XIII - aprovar normas para aquisição e alienação de material e contratação de obras e serviços; XIV - aprovar a realização de auditorias externas; XV - decidir, quanto a abertura de novas lojas ou escritórios de representação, XVI - decidir sobre os recursos interpostos contra atos da Diretoria; XVII - autorizar a Sociedade a contrair empréstimos; XVIII - conceder licenças aos membros da Diretoria; XIX - conceder licenças aos seus membros; XX - fixar, com base na legislação em vigor, critérios e limites para os gastos de publicidade, divulgação e relações públicas; XXI - receber doações e pronunciar-se conclusivamente sobre as doações a serem feitas pela Sociedade; XXII - decidir sobre os casos omissos neste Estatuto e sobre as questões que lhe forem submetidas pela Diretoria, ou ainda, por qualquer dos membros desta, vencido em resolução tomada; XXIII - convocar a Assembléia Geral, quando julgar conveniente; XXIV - escolher os auditores independentes. Art. 29 - Os Diretores poderão comparecer às reuniões do Conselho de Administração, sem direito a voto: I - a pedido, deferido pelo Presidente, para discutir ou prestar esclarecimentos sobre os assuntos em pauta: II - obrigatoriamente, quando convocados. Art. 30 - Os membros do Conselho Fiscal assistirão, sem direito a voto, as reuniões do Conselho de Administração em que se deliberar sobre os assuntos em que devam opinar (Art. 163, § 3º, da Lei nº 6.404/76). Art. 31 - O Conselho de Administração poderá convocar qualquer Diretor ou servidor da Sociedade para prestar esclarecimentos, sendo obrigatório o seu comparecimento. SEÇÃO III - DA DIRETORIA. Art. 32 - A Diretoria, órgão de administração responsável pela administração da Sociedade, é composta por 3 (três) Diretores, sendo um Diretor-Superintendente, um Diretor Administrativo e Financeiro e um Diretor Comercial, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição. Parágrafo único - Os Diretores, pessoas naturais, acionistas ou não, serão escolhidos dentre brasileiros, residentes no Distrito Federal, dotados de conhecimentos em administração e comércio, não podendo ser parentes entre si ou dos membros do Conselho de Administração por consangüinidade ou afinidade, até o terceiro grau, observado também, o disposto no artigo 147 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais vigentes. Art. 33 - Os Diretores serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura do termo lavrado no livro de Atas da Diretoria. Parágrafo Único - Os Diretores, antes de serem investidos nos respectivos cargos, apresentarão declaração de bens, que será registrada em livro próprio. Art. 34 - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente uma vez por semana, e extraordinariamente, quando necessário, lavrando-se ata das reuniões. Art. 35 - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Diretor Superintendente, além do voto comum, o de desempate. Art. 36 - À Diretoria, coletivamente, compete: I - administrar a Sociedade, tomando as providências adequadas à fiel execução das deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração, regulamentando-as, quando for o caso, mediante a expedição de normas e instruções gerais ou específicas; II - promover a organização administrativa da Sociedade, elaborando as diretrizes gerais de administração e o seu Regimento, submetendo-os à apreciação do Conselho de Administração; III - enviar ao Conselho de Administração as informações necessárias ao acompanhamento permanente das atividades da Sociedade; IV - coordenar a execução de planejamento das atividades da Sociedade, a curto e longo prazo, nos quais estejam consignados os orçamentos econômico anual e plurianual de investimento, projetos e demais medidas necessárias à consecução dos objetivos pretendidos; V - enviar ao Conselho de Administração, dentro do prazo regulamentar, as contas, relatórios, balanços e demais elementos previstos em Lei; VI - pronunciar-se sobre recursos ou reclamações de empregados ou sobre sua dispensa, quando envolvam ou possam envolver ônus apreciável para a Sociedade. VII - autorizar aquisição de equipamentos ou materiais na forma regulamentar; VIII - propor ao Conselho de Administração a alienação, operação e permuta de bens imóveis pertencentes ao patrimônio da Sociedade, assim como a aquisição de outras que venham a integrá-lo; IX - autorizar contratos que envolvam obrigações para a Sociedade, na forma regulamentar; X - elaborar e submeter ao Conselho de Administração o sistema de classificação de empregos, os quadros de pessoal e as tabelas de salários e gratificações da Sociedade; XI - propor aplicação para os lucros da Sociedade, excedentes da destinação estatutária; XII - indicar representantes da Sociedade nos órgãos de Administração, fiscalização e Assembléias de entidades de que participe ou venha a participar; XIII - convocar a Assembléia Geral, nos termos da Lei; XIV - executar outras atribuições que lhe forem cometidas pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração. Art. 37 - Será considerado vago o cargo de Diretor Superintendente ou de outro Diretor, quando, sem justificativa, qualquer deles: I - ausentar-se do exercício por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, ou 60 (sessenta) dias intercalados, no período de um ano, salvo em caso de licença ou autorização de afastamento; II - faltar a mais de 02 (duas) reuniões consecutivas da Diretoria; III - recusar-se a atender à convocação prevista no artigo 31 deste Estatuto; §1º - O prazo para justificativa de ausência será de 10 (dez) dias, a con

tar da data da reunião em que a mesma ocorreu. §2º - No caso de licença ou afastamento do Diretor Superintendente, a substituição processar-se-á na forma determinada pelo Conselho de Administração, escolhido o substituto entre os Diretores, §3º - No caso de licença ou afastamento dos demais Diretores, por período superior a 15 (quinze) dias e até 30 (trinta) dias, a substituição processar-se-á mediante designação pelo Conselho de Administração. Art. 38 - Quando a ausência ocorrer por motivo de saúde, interesse da Sociedade' ou outras razões aceitas pelo Conselho de Administração, será assegurado aos Diretores, durante o período de licença ' ou afastamento, a remuneração mensal correspondente. Art.39 Os Diretores, a pedido, deferido pelo Conselho de Administração, poderão comparecer às suas reuniões, sem direito a voto, para discutir ou prestar esclarecimentos sobre os assuntos em pauta. Art. 40 - É obrigatória a coincidência do término dos mandatos dos Diretores eleitos, contando-se,em qualquer caso, para esse fim, a data da investidura mais antiga para a mesma gestão. SEÇÃO IV - DO CONSELHO FISCAL Art. 41 - O Conselho Fiscal, órgão colegiado responsável pela fiscalização dos atos dos administradores da Sociedade, e verificação do cumprimento de seus deveres legais e estatutários, compõe-se de 03 (três) membros efetivos, e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de um ano, obedecido o disposto no §5º,do art. 161 da Lei nº 6.404/76, podendo ser reeleitos. §1º - Somente podem ser eleitos para o Conselho Fiscal, pessoas naturais, que satisfaçam os requisitos e não sofram os impedimentos previstos no art. 162 e parágrafos, da Lei nº 6.404/76. §2º - São impedidos de integrar o Conselho Fiscal; I pessoas que não residam no Distrito' Federal; II - Cônjuge e parentes até o terceiro grau entre si,em linha reta ou colateral, ou de dirigentes de órgãos da Sociedade; III- Servidores da Sociedade; IV-pessoas citadas no art. 147 e §§ da Lei nº6.404/76, Art.42 -Os Conselheiros tomarão posse mediante assinatura do termo lavrado no livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal. Parágrafo único - No caso de vacância ou impedimento temporário, o membro do Conselho Fiscal será substituído pelo respectivo suplente, Art, 43- O Conselho Fiscal reunir-se-á: I - duas vezes por mês, no mínimo, para tomar conhecimento dos balancetes e fazer os exames e demais pronunciamentos ou adotar procedimentos determinados por Lei ou pelo Estatuto;II até o último dia útil do mês de março, para apresentar, na forma da Lei e deste Estatuto, pareceres sobre os negócios e operações sociais do exercício em que serviu;III-extraordinariamente, sempre que julgar necessário, ou quando convocado, na forma da Lei, Art. 44- A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembléia Geral que os eleger, e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 0,1(um décimo) da que, em média,for atribuída a cada diretor, excluída a participação nos lucros, Art,45 Serão lavradas Atas circunstanciadas das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Fiscal, no livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal. Art. 46 - O Conselho' Fiscal tem as atribuições previstas na Lei das Sociedades' Anônimas, inclusive as constantes dos arts. 18 e 31 deste Estatuto. CAPÍTULO II - DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO - Art. 47 - São órgãos de direção da SAB: I - Superintendência; II -Diretoria Comercial; III - Diretoria Administrativa e Financeira. SEÇÃO I - DA SUPERINTENDÊNCIA - Art. 48 - A Superintendência. unidade orgânica de direção, é exercida pelo Diretor-Superintendente, que tem as seguintes atribuições: I representar a SAB em juízo ou fora dele, diretamente ou por mandatário ou preposto, com poderes especificados; II-supervisionar, coordenar e orientar as atividades dos órgãos que lhe são diretamente subordinados ou supervisionados, fazendo executar o presente Estatuto, o Regimento da Sociedade, as deliberações da Assembléia Geral, as decisões do Conselho de Administração e as resoluções da Diretoria; III - convocar e presidir as reuniões da Diretoria; IV - movimentar os recursos financeiros da Sociedade, assinando os documentos relativos às respectivas contas, juntamente com o Diretor Administrativo e Financeiro; V - firmar, em conjunto com o diretor da área, os documentos que criem responsabilidades para a SAB e os que onerem terceiros para com ela; VI - autorizar a contratação, designação, remoção, promoção, punição, licenças, justificativa de faltas e demissão de empregados da Sociedade; VII - prover os empregos em comissão; VIII - exercer outras atribuições previstas neste Estatuto ou que lhe foram delegadas ou determinadas pela Assembléia Geral, Conselho de Administração ou Diretoria. SEÇÃO II - DA DIRETORIA COMERCIAL - Art. 49 - A Diretoria Comercial, unidade orgânica de direção, é exercida pelo Diretor Comercial, que tem as seguintes atribuições: I - executar as políticas de compra, venda, estocagem, promoções e outras de natureza comercial, além das demais atividades que lhe são afetas e, uma vez aprovadas' pela Diretoria e incluídas no plano geral de ação da Sociedade, supervisioná-las e ajustá-las às reais necessidades' da empresa, assinando, juntamente com o Diretor Superintendente, as Ordens de Compra de mercadorias; II - exercer a representação da Sociedade, quando outorgada especificamente pelo Diretor Superintendente; III - propor normas operativas necessárias ao exercício das atividades que lhe são afetas; IV - propor a criação de novas lojas ou extinção das existentes, bem como a criação ou eliminação de Escritórios de Representação; V - promover análise e elaborar planos com vista a realização de operações comerciais; VI - delegar poderes a seus subordinados no que concerne a assuntos de sua competência; VII - exercer outras atribuições previstas neste Estatuto ou que lhe forem determinadas ou delegadas pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria. SEÇÃO III - DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - Art. 50 - A Diretoria Administrativa e Financeira, unidade orgânica de direção, é exercida pelo Diretor Administrativo e Financeiro, que tem as seguintes atribuições: I - executar as políticas econômico-financeira, de recursos humanos, de suprimentos, de administração' e demais atividades que lhe são afetas e, uma vez aprovadas pela Diretoria e incluídas no plano geral de ação da Sociedade, supervisioná-las e ajustá-las às reais necessidades da empresa; II - assinar, juntamente com o Diretor-Superintendente, cheques, ordens de pagamento, endossos e aceites de títulos e cartas de créditos e outros documentos que importem em responsabilidades ou obrigações para a Sociedade; III - representar a Sociedade quando outorgado' especificamente pelo Diretor-Superintendente; IV - propor atos normativos compreendidos especificamente em sua esfera de atribuições; V - promover análise e elaborar planos visando manter adequados a organização e o funcionamento ' das atividades que lhe são afetas; VI - delegar poderes a seus subordinados no que concerne a assuntos de sua competência; VII - exercer outras atribuições previstas neste Estatuto ou que lhe forem determinadas ou delegadas pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria. TÍTULO IV -DO EXERCÍCIO SOCIAL E DO RESULTADO ECONÔMICO - Art. 51 - Ao final de cada exercício social, que obrigatoriamente coincidirá com o ano civil, a Diretoria Administrativa e Financeira, com base na escrituração mercantil, elaborará as demonstrações financeiras exigidas por Lei. Art. 52 - O resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda, terá, nessa ordem, para o saldo remanescente, a seguinte destinação. I até 15% (quinze por cento), destinados à gratificação dos empregados, não podendo ultrapassar, individualmente, a 2/12 (dois doze avos) do total da remuneração percebida no período base, excluídos desse total o 13º (décimo terceiro)

salário, ajuda de custo e diárias. II - percentual para participação dos administradores, conforme prevê o §1º do artigo 152, da Lei nº 6.404, sendo igual ou menor aos seguintes valores: - remuneração anual dos administradores; 0,1 (um décimo) do saldo obtido no inciso I. Art. 53 - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: - 5% (cinco por cento) para reserva legal, até alcançar 20% (vinte por cento) do capital social; - 25% (vinte e cinco por cento)no mínimo, para distribuição de dividendos, podendo ser aumentado esse percentual a critério da administração superior ' da Sociedade. Parágrafo único - O Saldo remanescente do lucro líquido ficará à disposição da Assembléia Geral. Art.54 Somente quando for destinado aos acionistas um dividendo - igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, poderá ser distribuído o percentual previsto no inciso II, do art. 52. Art. 55 - O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. Art . 56 - As distribuições de que tratam os artigos 52 e 53, deste Estatuto, somente poderão ser efetuadas após o arquiva - mento e publicação da Ata da Assembléia Geral que tiver - aprovado as contas, Art. 57 - Os auxílios e subvenções recebidos pela SAB serão deduzidos dos lucros para efeito de participação de administradores e empregados. TÍTULO V - DA ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL - Art. 58 - Os empregados da SAB ficam sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho e legislação complementar, em suas relações com a Sociedade. Art. 59 -Na administração de pessoal observar-se-ão as normas sobre a matéria, expedidas pelo Conselho de Administração e, na falta destas, as normas vigentes no Distrito' Federal. Art. 60 - Os funcionários públicos colocados à disposição da SAB, reger-se-ão pela legislação que lhes é própria, ficando, entretanto, sujeitos à jornada de trabalho estipulada pela Diretoria. TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS - Art. 61 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos e na forma prevista em Lei. Art. 62 - A dissolução da Sociedade, salvo os demais casos previstos em lei, será objeto de deliberação de Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim. Parágrafo único - Saldados todos os débitos sociais, distribuído o saldo remanescente entre os acionistas, na proporção de seus capitais na Sociedade, e aprovadas as contas, extingue-se a Compa - nhia. Art. 63 - A SAB poderá aceitar doações puras e receber transferência de recursos públicos e gerí-los. Art. 64 O Conselho de Administração determinará a oportunidade de instalação da Diretoria Comercial. Parágrafo único - , Definida a oportunidade de instalação da Diretoria Comercial ' prevista neste Estatuto, esta só será instalada e terá seu titular eleito após a necessária reformulação do Regimento da Sociedade. Art. 65 - Os órgãos responsáveis pela execução das atividades auxiliares da SAB vincular-se-ão aos - respectivos órgãos centrais da Administração Direta do Distrito Federal, na forma de que dispõe o artigo 13 e seu Parágrafo único, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, Art. 66 - Enquanto não forem aprovados os novos regimentos dos órgãos de Administração Superior da SAB, continuarão em vigor os atuais, naquilo que não contrariem o presente Estatuto. Art. 67 - Este Estatuto, votado pela Assembléia Geral Extraordinária e aprovado por Decreto do Governador do Distrito Federal, entrará em vigor após o arquivamento na Junta Comercial e publicação. Posta a matéria em discussão, foi aprovada por unanimidade. Passando ao item II da Ordem do Dia, disse o Senhor Presidente que face a reformulação do Estatuto e a extinção dos membros natos do Conselho de Administração, dois Conselheiros deveriam ser eleitos para completar o mandato do atual Conselho, propondo o Acionista DISTRITO FEDERAL, a eleição dos Senhores PEDRO DO CARMO DANTAS e JAYME LEIRO VILAN, para compor o Conselho. Por aclamação dos Senhores Acionistas ' presentes, foram os indicados, eleitos para compor o Conselho de Administração desta Sociedade. Passando ao item III, da Ordem do Dia, ou seja, ASSUNTOS DIVERSOS, o Senhor Presidente deu conhecimento aos Senhores Acionistas do PROCESSO Nº 755.717/77, referente a saldo da conta: Empréstimos' Compulsórios, a crédito de ex-funcionários da Empresa, desde 1964, cuja baixa era pretendida. Antes de qualquer deliberação o Senhor Presidente propôs que fosse a matéria examinada pelo Conselho Fiscal da Empresa e, que na próxima ' Assembléia seria apreciada. À oportunidade que agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a sessão.Nada mais havendo a tratar, eu, ANTONIO RODRIGUES DA SILVA, Secretário, lavrei a presente ATA, que lida e achada conforme vai assinada pelo Senhor Presidente e Senhores Acionistas.

EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO
p/ DISTRITO FEDERAL

ACIONISTAS:

VENCESLAU MÍLTON
p/ BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA S/A. - BRB

EDMUNDO ADRIANO DE MELO BAPTISTA
p/ SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LTDA

FRANCISCO LUIZ BESSA LEITE
p/ SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA

ANTONIO RODRIGUES DA SILVA
p/ COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP

JESUS JACOMO MANZAN
p/ FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL - FZDF

CARLOS HENRIQUE MATIAS DA PAZ
p/ FUNDAÇÃO DO SERVIÇOS SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 18 DE 3 DE FEVEREIRO DE 1978

Define, "área de segurança "em frente do "Edifício Embratel", nesta Capital.

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975, combinado com o artigo 7º da Resolução nº 439/71 e item 2 da Decisão nº 21/72, ambas do Conselho Nacional de Trânsito, e à vista dos elementos informativos figurantes no processo nº 120.280/78-SEP.

RESOLVE:

Definir, como "ÁREA DE SEGURANÇA" a área de estacionamento próxima e em frente do "Edifício Embratel", localizado no Setor Comercial Sul, Quadra 05, Bloco "E", nesta Capital, na forma constante do projeto que instrui o processo nº 120.280/78-SEP, a qual deverá ser sinalizada por placas de indicação, retangulares segundo modelo estabelecido no Regulamento do Código Nacional de Trânsito.

Distrito Federal, 3 de fevereiro de 1978

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 9 DE FEVEREIRO DE 1978

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto 2.868, de 25 de março de 1975.

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 21, letra "a" do Decreto nº 2951/75, ARNALDO JUSTINO DA SILVA, Agente de Polícia "A", matrícula nº 32.491, para substituir o Chefe da Seção de Vigilância, Símbolo FC-7, da 1ª. Delegacia de Polícia, da Coordenação de Polícia Judiciária da Polícia Civil do Distrito Federal, no período de 09 de fevereiro a 10 de março de 1978, por motivo de férias regulamentares.

Brasília-DF, 9 de fevereiro de 1978

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON — Cel
Secretário de Segurnaça Pública

PORTARIA DE 28 DE FEVERIRO DE 1978

O SECRETARIO DE SEGURANÇA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX; do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868/75,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 21, alínea "a", do Decreto Nº 2.951/75, WALDI FREIRE SOARES, Agente de Polícia "B". Código PC-205.2, matrícula 31.681, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Expediente da Coordenação de Informações Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, durante o período de 21.02 a 22.03.78, por motivo de licença médica.

Distrito Federal, 28 de fevereiro de 1978

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON-Cel.
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 02 DE MARÇO DE 1978

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868, de 25 de março de 1975,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 21, alínea "a", do Decreto nº 2.951/75, ELIEZER BASÍLIO DE SOUZA, Agente de Polícia "B", Código PC-205.2, matrícula nº 31.247, para substituir o Secretário da Comissão Permanente de Disciplina, Símbolo FC-5, por motivo de férias regulamentares, no período de 03 de março a 01 de abril de 1978.

Distrito Federal, 02 de março de 1978

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 02 DE MARÇO DE 1978

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso XIX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2868/75,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 21, alínea "a" do Decreto nº 2951/75, o Soldado BM ANTONIO FERREIRA DOS SANTOS, para substituir o Chefe da Seção de Expediente da Divisão de Informações da Coordenação de Informações Planejamento e Operações da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, durante o período de 02 a 31 do corrente, por motivo de férias regulamentares.

Distrito Federal, 02 de março de 1978

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

PORTARIA DE 2 DE MARÇO DE 1978

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 142, inciso VII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.868/75 e, com base no disposto no Art. 343, § 3º, do Decreto nº 59.310, de 27.09.66,

RESOLVE:

Conceder, à Comissão de Processo Especial, instituída para apurar a agressão de que foi vítima o Agente de Polícia DAVID LOPES, a prorrogação pelo prazo de oito (08) dias, a contar de 02 de março do corrente.

Distrito Federal, 2 de março de 1978

AIMÉ ALCIBIADES SILVEIRA LAMAISON
Secretário de Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO

Atos do Diretor

INSTRUÇAO DE SERVIÇO Nº 174/78-DETRAN-DF, 21 DE JANEIRO DE 1978

O DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, item XLIII do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3535 de 29 de dezembro de 1976 e tendo em vista o que consta do processo nº 395238/78,

RESOLVE:

REDUZIR para 01 (hum) mês a partir do dia 20 de janeiro do ano em curso, o prazo de apreensão da Carteira Nacional de Habilitação e suspensão do direito de dirigir veículo automotor, imposta ao condutor NALHAU OLIVEIRA ALENCAR.

2. Em consequência fica o referido condutor dispensado de cumprir o restante da penalidade aplicada pela Instrução de Serviço nº 119/78-DETRAN-DF, baseada no artigo 199, inciso I do Regulamento do Código Nacional de Trânsito. Brasília-DF, 21 de janeiro de 1978

JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Diretor Geral

PROCESSO Nº : 395.302/78
INTERESSADO : DETRAN-DF- SUMAP
ASSUNTO : Solicita dispensa de licitação e autorização p/emissão de empenho no valor de Cr$ 3.800,00 a favor da firma ELETROMINAS MATERIAL ELETRICO LTDA
DESPACHO : "De acordo. Publique- se e devolva- se a Gerência de Administração Geral, para providências complementares.
Em, 01.02.78

PROCESSO Nº : 395.297/78
INTERESSADO : DETRAN-DF- SUMAP
ASSUNTO : Solicita dispensa de licitação e autorização p/emissão de empenho no valor de Cr$ 13.755,00, a favor da firma NASHUA DO BRASIL S/A.
DESPACHO : "De acordo. Publique- se e devolva- se à Gerência de Administração Geral, para as providências complementares.
Em, 31.01.78

PROCESSO Nº 395.119/78
INTERESSADO : DETRAN-DF- SP
ASSUNTO : Recolhimento ao INPS- Contribuição atrasada, ref. descontos em folha no mês de janeiro /78,
DESPACHO : De acordo. Reconheço a despesa do exercício anterior, e autorizo a emissão da Nota de Empenho no valor de Cr$ 17.540, 18 (dezessete mil, quinhentos e quarenta cruzeiros e dezoito centavos), a favor do Instituto Nacional de Previdência Social, nos termos da legislação vigente.
Em , 01.02.78

Ass. JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Diretor Geral

PROCESSO Nº : 395.314/78
INTERESSADO: SUCONT-DETRAN-DF
ASSUNTO: Solicita emissão de uma Nota de Empenho, p/fazer face a despesa de contribuição do DETRAN ao PASEP
DESPACHO: Auto a emissão da nota de empenho. Publique-se. Encaminhe-se à GAGE para as devidas providências.

Em, 13/ .02.78

PROCESSO Nº : 395.333/78
INTERESSADO: DETRAN-DF-SUMAP
ASSUNTO: Solicita a dispensa de licitação e autorização p/emissão de Empenho no valor de Cr$ 400,00, a favor da firma "FERNANDES REVIL E CIA LTDA
DESPACHO: De acordo
Publique-se e devolva-se à Gerência de Administração Geral, para as providências complementares.

Em, 03.02.78

PROCESSO Nº : 395.347/78
INTERESSADO: DETRAN-DF-SUMAP
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e autorização p/emissão de Empenho no valor de Cr$3.423,60, a favor da firma "PAPELARIA RIO-IMPORTAÇÃO, COM E IND LTDA
DESPACHO: De acordo. Publique-se e devolva-se à Gerência de Administração Geral, para as providências complementares,

Em, 13.02.78

PROCESSO Nº : 395.385/78
INTERESSADO: DETRAN-DF-SUPRED
ASSUNTO: Solicita autorização p/emissão de Empenho Global no valor de Cr$ 4.800,00, a favor do Diário Oficial do DF
DESPACHO: Autorizo a emissão da Nota de Empenho. Publique-se. Encaminhe-se à GAGE, para as devidas providências.

Em, 10.02.78

ASS JOSEVAL BRITO CARNEIRO-Bel
diretor Geral

PROCESSO Nº : 395.348/78
INTERESSADO: DETRAN-DF-SUMAP
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e autorização p/emissão de empenho no valor de Cr$ 1.227,00 a favor da firma CINE FOTO GB LTDA.
despacho. De acordo. Publique-se e devolva-se à Gerência de Administração Geral, para as providências complementares.

Em, 13.02.78

PROCESSO Nº : 395.349/78
INTERESSADO: DETRAN-DF-SUMAP
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e autorização p/emissão de empenho no valor de 3.000,00, a favor da firma SIMAC AUTOMÓVEIS S/A.
DESPACHO: De acordo. Publique-se e devolva-se à Gerência de Administração Geral, para as providências complementares.

Em, 13.02.78

Ass. JOSEVAL BRITO CARNEIRO - Bel.
Diretor Geral

PROCESSO Nº : 395.469/78
INTERESSADO: DETRAN-DF-SUMAP
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e autorização p/emissão de Empenho no valor de Cr$ 1.571,00 a favor da firma OLIVETTI DO BRASIL S/A

DESPACHO: De acordo. Publique-se e devolva-se à Gerência de Administração Geral, para as providências complementares.

Brasília, 20.02.78

PROCESSO Nº : 395.471/78
INTERESSADO: DETRAN-DF-SUMAP
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e autorização p/emissão de Empenho no valor de Cr$ 4.100,00 a favor da firma ENCARDENADORA BRASIL LTDA.

DESPACHO: De acordo. Publique-se e devolva-se a Gerência de Administração Geral, para as providências complementares.

Brasília, 20.02.78

PROCESSO Nº : 395.472/78
INTERESSADO: DETRAN-DF-SUMAP
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e autorização p/emissão de Empenho por estimativa no valor de Cr$ 4.000,00, a favor da firma BRASAL - BRASÍLIA SERVIÇOS AUTOMOTORES S/A.

DESPACHO: De acordo. Publique-se e devolva-se à Gerência de Administração Geral, para providências complementares.

Brasília, 21.02.78

PROCESSO Nº : 395.491/78
INTERESSADO: DETRAN-DF-SUMAP
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e autorização p/emissão de Empenho no valor de Cr$ 1.218,00 a favor da firma CENTROL CHAVEIRO E CALIGRAFO.

DESPACHO: De acordo. Publique-se e devolva-se a Gerência de Administração Geral, para providências complementares.

Brasília, 22.02.78

PROCESSO Nº : 395.496/78
INTERESSADO: CASA DAS FERRAMENTAS-V.F. SILVA & CIA. LTDA.
ASSUNTO: Solicita dispensa de licitação e autorização p/emissão de Empenho no valor de Cr$ 1.668,00 a favor da firma CASA DAS FERRAMENTAS-V.F.SILVA & CIA. LTDA.

DESPACHO: De acordo. Publique-se e devolva-se a Gerência de Administração Geral, para providências complementares.

Brasília, 22.02.78

Ass. JOSEVAL BRITO CARNEIRO
Diretor Geral

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

PORTARIA Nº 39 DE 03 DE MARÇO DE 1978

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o constante do Processo nº 488/78,

RESOLVE:

Conceder, Exoneração, a partir do dia 1º de março do corrente ano, de acordo com o art. 75 item I, da lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinado com os arts. 51 e 63 do Decreto-lei nº 247, de 28 de fevereiro de 1967, a FRANCISCO JOSÉ GUIMARÃES NETO, do cargo de Agente Administrativo, "B", código TCDF-SA-801, Referência 31 do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares desta Corte.

Brasília-DF, 03 de março de 1978

JOSÉ PARSIFAL BARROSO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

PORTARIA Nº 40, DE 03 DE MARÇO DE 1978

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º da Resolução nº 3, de 19 de fevereiro de 1976, e tendo

em vista o constante do Processo nº 500/78,

RESOLVE:

Designar RAIMUNDO NONATO MATOS LEITE Agente de Portaria "C", código TP-602.4, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, à disposição deste Tribunal, para exercer, em substituição, o encargo de Atendente II, da Tabela de Encargos de Representação de Gabinete, aprovada pela Resolução nº 3, de 19 de fevereiro de 1976, com lotação no Gabinete da 2ª Inspetoria Seccional de Controle Externo, da Inspetoria-Geral de Controle Externo, atribuindo-lhe a gratificação pela representação de gabinete a que se refere a mesma Resolução, durante o afastamento do titular, José Antero Gomes, a partir do dia 1º do corrente mês.

Brasília-DF., 03 de março de 1978

JOSÉ PARSIFAL BARROSO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

PORTARIA Nº 41, DE 03 DE MARÇO DE 1978

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o constante do Processo nº 419/78,

RESOLVE:

Designar, a partir do dia 15 de fevereiro do corrente ano, nos termos do art. 33, § 1º, do Regulamento dos Serviços Auxiliares desta Corte, aprovado pela Resolução nº 1, de 13 de novembro de 1973, MARIA BÁRBARA DA FONSECA, Auxiliar de Controle Externo "A", código TCDF-CE-012, Referência 32, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal, para exercer, em substituição, a função de Assistente, código TCDF-DAI-112.3 do mesmo Quadro de Pessoal, do Gabinete do Inspetor Geral de Controle Externo, enquanto perdurar o afastamento da titular.

Brasília-DF., 03 de março de 1978

JOSÉ PARSIFAL BARROSO
Vice-Presidente no exercício da Presidência

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

CONTRATO

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00054015/0001 — 32 — MF, doravante denominada de FUNDAÇÃO, sediada nesta Capital, no setor Médico — Hospitalar Sul, Edifício Sarah Kubitscheck, representada na forma do Estatuto, por seu Diretor-Presidente, Dr. PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS, brasileiro, casado, médico, e a firma CIVILPLAN Construções e Planejamento Ltda., doravante denominada EMPREITEIRA, sediada nesta Capital, setor Comercial Sul, Edifício Baracat, sala 1606, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 00116517/0001 — 40 — MF, neste ato representada pelo Dr. LEONEL AUGUSTO FERREIRA PAULINO, brasileiro, naturalizado, casado, Engenheiro Civil, portador da carteira do CREA nº. 6432 — D da 5ª. Região, cédula de identidade nº. 51.342, expedida pelo DFSP/DF, tendo em vista o que consta do processo nº. 470103/77 — FHDF, tem, entre si, justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Obriga-se a EMPREITEIRA a executar para a FUNDAÇÃO, sob o regime de empreitada por preço global, as obras de fundações e pisos do prédio da Seção de Manutenção e Reparos, situado no setor de Áreas de Serviços Públicos lote "G" no SIA, de propriedade desta FUNDAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA — As obras serão executadas de acordo com o estipulado neste contrato, ao qual se incorporam, para todos os efeitos, o Edital nº. 208/77 FHDF e seus anexos, proposta da EMPREITEIRA e o cronograma Físico-Financeiro, os quais ficam fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA — Obriga-se a FUNDAÇÃO a pagar a EMPREITEIRA, pela execução das obras, o preço global de Cr$ 810.579,40 (Oitocentos e dez mil, quinhentos e setenta e nove cruzeiros e quarenta centavos), segundo a forma estabelecida na cláusula oitava deste instrumento, devendo ser descontado de cada fatura 5% (cinco por cento) como reforço da caução, desconto este que recairá também sobre qualquer reajustamento concedido pela FUNDAÇÃO sobre o valor dessas faturas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — O preço global ora especificado inclui despesas com administração, materiais, mão-de-obra especializada ou não, transportes, ligações provisórias ou definitivas de água, luz, força e telefone e respectivas taxas ou tarifas, obrigações fiscais e trabalhistas, seguros em geral, indenizações decorrentes de danos causados a terceiros e as necessárias à completa execução da obra e a sua entrega em perfeitas condições de utilização, até a emissão do competente "Habite-se".

PARÁGRAFO SEGUNDO — Prevalecerão o preço global ora especificado sobre quaisquer discrepâncias entre o seu valor, os orçamentos discriminados e as reais necessidades para a total execução da obra, ainda que posteriormente apuradas.

PARÁGRAFO TERCEIRO — A caução inicial exigida e seu respectivo reforço somente poderão ser levantados após o recebimento das obras, isto é, 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento provisório, sem vencer juros.

CLÁUSULA QUARTA — No caso de não serem satisfeitas pela EMPREITEIRA as obrigações concernentes aos pagamentos da Previdência Social e FGTS, relativo às folhas de pagamento do pessoal empregado nas obras, a FUNDAÇÃO poderá descontar das faturas os valores necessários à liquidação dessas obrigações.

CLÁUSULA QUINTA — O preço total ajustado para realização das obras, em hipótese alguma será reajustado.

CLÁUSULA SEXTA — A EMPREITEIRA dará início às obras dentro do prazo de 05 (cinco) dias após o recebimento da ordem de serviço emitida pela FUNDAÇÃO e as concluirá no prazo global de 60 (sessenta)) dias corridos, obedecido o cronograma Físico-Financeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA — A interrupção temporária das obras por determinação da FUNDAÇÃO, por falta de elementos técnicos cujo fornecimento seja de sua responsabilidade, acarretará à prorrogação do prazo para conclusão dos serviços que tenham sido interrompidos.

CLÁUSULA ÓITAVA — Os pagamentos à EMPREITEIRA, ressalvado o disposto na cláusula nona, serão realizados pela FUNDAÇÃO, contra a apresentação dos respectivos faturamentos, em prestações calculadas sobre percentagens do preço global das obras, de acordo com o cronograma Físico-Financeiro de fls. 100, c/c fls. 101/102/103 do processo nº 470103/77 - FHDF.

PARÁGRAFO UNICO — O pagamento especificado na presente cláusula não impede a EMPREITEIRA de receber pagamento de parcelas correspondentes a etapas antecipadas, desde que apresentadas as correspondentes faturas, devidamente atestadas pela FUNDAÇÃO.

CLÁUSULA NONA — Para o recebimento das prestações fica a EMPREITEIRA obrigada à apresentação dos comprovantes de recolhimentos devidos ao INPS e ao FGTS, vencidos até 30 (trinta) dias antes da apresentação da fatura, bem como à prova de pagamento das folhas de salários do pessoal empregado na obra, vencidos até a mesma data.

CLÁUSULA DECIMA — Nos casos de atraso do início ou de entrega das obras a EMPREITEIRA ficará sujeita às multas previstas no Título II, art. 56 e seguintes do Decreto nº. 1703, de 31 de maio de 1971, do Governador do Distrito Federal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — As multas estabelecidas nesta cláusula, serão descontadas do valor a ser recebida pela EMPREITEIRA após a aplicação da penalidade e, não sendo suficiente, o saldo devedor será descontado das faturas seguintes.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Não se aplicarão multas nos casos fortuitos ou de força maior devidamente caracterizadas ou em prorrogação regular de prazos.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA — O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de interpelação ou notificação judicial, a critério da parte não inadimplente, no caso de ocorrer o descumprimento, pela outra, de quaisquer das condições estipuladas, sem que caiba a esta direito a indenização de qualquer espécie, ou ainda, nas seguintes hipóteses:

a) — falência, concordata, dissolução ou liquidação da EMPREITEIRA, ou sua incorporação a outra empresa;

b) — transferência, no todo ou em parte, de quaisquer obrigações deste contrato a terceiros, sem prévia anuência da FUNDAÇÃO;

c) — atraso no início das obras, por culpa da EMPREITEIRA, por prazo superior a 05 (cinco) dias;

d) — mútuo consentimento das partes contratantes.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA — Ocorrendo a rescisão do presente contrato por quaisquer dos motivos relacionados na cláusula anterior, a FUNDAÇÃO assumirá imediatamente a administração da obra sem necessidade de interpelação ou diligência de caráter judicial, imitindo-se logo na sua posse no estado em que se encontrar, e na de todo o material existente no local. Nessa hipótese, perderá a EMPREITEIRA a caução e o seu reforço, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito de receber as importâncias correspondentes ao valor do material da obra arrecadado e a 60% (sessenta por cento) do valor dos serviços executados, considerados aproveitáveis pela FUNDAÇÃO e ainda não quitados.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA — A EMPREITEIRA designará um Engenheiro, em caráter permanente para dirigir a execução das obras, obrigando-se a substituí-lo e retirá-lo do recinto das obras assim como a qualquer empregado, operário ou subordinado, no caso de solicitação da FUNDAÇÃO, sem que esta fique obrigada a declarar os motivos dessa resolução.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA — A EMPREITEIRA somente poderá subempreitar as obras contratadas, no todo ou em parte, se houver prévia anuência, por escrito, da FUNDAÇÃO, ficando neste caso mantido à responsabilidade direta da EMPREITEIRA.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA — A execução do presente contrato dar-se-á através da Divisão de Apoio Técnico da FUNDAÇÃO, que indicará Engenheiros e prepostos credenciados junto à EMPREITEIRA para exercer as tarefas de orientação geral, controle e fiscalização das obras.

PARÁGRAFO UNICO — Obriga-se a EMPREITEIRA a manter no canteiro das obras, acomodações condignas destinadas, à Fiscalização (sala e compartimentos sanitários) com todos os elementos necessários ao acompanhamento dos serviços "in loco", bem como livro de ocorrências aberto por ambas as partes, com folhas numeradas em três (03) vias sendo duas destacáveis e uma original fixa à encardenação, onde serão feitos diariamente, os registros dos acontecimentos e do andamento das obras, assinadas e em seguida arquivadas pela Fiscalização e pela firma contratante. No término das obras a EMPREITEIRA fará entrega do livro original à FUNDAÇÃO.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA — Concluída a obra, o seu recebimento provisório dar-se-á a requerimento da EMPREITEIRA e, caso não se verifique defeitos ou imperfeições de construção ou falta de pagamento de operários e fornecedores, lavrar-se-á, até 180 (cento e oitenta) dias após, o termo do recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — A EMPREITEIRA obriga-se responder pela boa qualidade, perfeição, solidez e segurança dos serviços objeto do presente contrato, de conformidade com o disposto no artigo 1.245 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento da FUNDAÇÃO com a seguinte classificação orçamentária:

FHDF 1805 — Construção de Parque de manutenção.
4110 — Obras Públicas.
06 — Ampliação, Reconstrução, Restauração e Modificação.

CLÁUSULA DECIMA NONA — O aparecimento de qualquer serviço imprevisto, por omissão do projeto ou das especificações, ou por interesse da FUNDAÇÃO, será objeto de manifestação da fiscalização sobre sua procedência e necessidade. A sua execução pela EMPREITEIRA como serviço extra contratual dependerá de prévia autorização por escrito da FUNDAÇÃO, onde fiquem consignados os preços, prazos e condições de pagamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Para o cálculo do preço extra contratual serão aplicados os preços unitários, correspondentes constantes da proposta inicial da EMPREITEIRA, reajustado para a época da execução.

PARÁGRAFO SEGUNDO — No caso dos serviços extra contratuais, não terem preços paradigmas na proposta inicial, serão estes preços acertados condizente com os do mercado local. Nesta hipótese os serviços extras contratuais serão irreajustáveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO — O valor total dos serviços extra contratuais não poderá ultrapassar à 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA — As despesas decorrentes da publicação do presente contrato no Diário Oficial do Distrito Federal serão de responsabilidade da EMPREITEIRA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA — Elegem as partes o foro do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, atual ou futuro, para dirimir dúvidas ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem assim, justas e acertadas, firmam o presente, FUNDAÇÃO e EMPREITEIRA, em 04 (quatro) vias de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília, 18 de janeiro de 1978

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
PAULO ARGOLO DA CRUZ RIOS, CIVILPLAN Construção e Planejamento LTDA-LEONEL AUGUSTO FERREIRA PAULINO; TESTEMUNHAS: LEOPOLDINA LUZIA CARNEIRO, MARIA PINTO SOBRINHA. (DAR-08.03.78-Cr$ 2.100,00)

GDF - SVO - COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1.977

A T I V O

DISPONÍVEL		
Caixa	1.253.008,34	
Bancos	137.122.701,38	138.375.709,72
REALIZÁVEL A CURTO PRAZO		
BENS DESTINADOS À VENDA E CONSUMO		
Terrenos	819.577.969,28	
Chácaras	44.510.968,62	
Edificações Comerciais	3.238.628,95	
Outros Imóveis	593.625,44	
Almoxarifado	826.766,80	
Áreas Não Loteadas	43.681.702,87	912.429.661,96
DEVEDORES		
Faturas a Receber	251.910,49	
Títulos a Receber	9.807.764,64	
Prêmios de Seguros a Reembolsar	121.871,42	
Adiantamentos p/Execução de Obras	15.821.935,30	
Adiantamentos p/Execução de Serviços	10.763.622,74	
Devedores Diversos	387.045,92	
Adiantamentos	12.500,00	
Adiantamentos de Férias	373.261,60	37.539.912,11
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
DEVEDORES		
Prestamistas	503.995.182,66	
Devedores p/Locação de Imóveis	1.787.445,28	505.782.627,94
INVESTIMENTOS		
Participação Societária a Efetivar		5.065.880,90
IMOBILIZADO		
Imóveis	183.562.343,82	
Obras Financiadas	22.572.576,95	
Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	358.833,95	
Máquinas e Equipamentos de Escritório	2.482.544,14	
Móveis e Utensílios	2.728.475,82	
Instalações	1.099.424,82	
Bandeiras, Insignias e Correlatas	188.041,90	
Veículos	2.031.320,77	
Correção Monetária	44.613.673,00	
Imobilizações Financeiras	25.950.000,00	285.587.235,17
PENDENTE		
Ação Judicial	164.003,74	
Depósitos Judiciais à Vista	12.474.352,83	
Depósitos p/Recursos e Defesas	1.195.798,90	
Dep. p/Liberação de Certidões - IPTU	4.700.000,00	
Depósito p/Aquisição de Equipamentos	164.426,20	
Vendas Compromissadas	206.430.122,61	225.128.704,28
COMPENSAÇÃO		
Contratos	21.368.700,80	
Convênios	318.619.990,78	
Valores de Terceiros	521.895,70	
Terrenos Dependendo de Escrituras	393.983.557,12	734.494.144,40
		2.844.403.876,48

P A S S I V O

NÃO EXIGÍVEL		
Capital Social		500.000.000,00
RESERVAS		
Reserva Legal	11.138.312,70	
Reserva p/Manutenção do Capital de Giro	83.192.603,90	
Reserva p/Correção Monetária	44.613.673,00	
Fundo p/Aumento de Capital	2.667.000,00	
Provisão p/Depreciação	1.034.390,43	
Fundo Especial	567.662.385,55	
Lucros à Disposição da Assembléia	49.991.077,86	760.299.443,44
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO		
CREDORES PRIVILEGIADOS		
Provisão p/Imposto de Renda	18.692.130,93	
Imposto de Renda na Fonte - Funcionários	330.246,42	
Imposto de Renda na Fonte - Terceiros	5.744,00	
I. N. P. S. a Recolher	617.946,28	
I P A S E a Recolher	6.240,00	
F.G.T.S. a Recolher	461.114,84	
I.P.S. a Recolher	328,38	
Dividendos a Pagar	54.325.271,06	74.439.021,91
CREDORES DIVERSOS		
Fornecedores	130.522,52	
Contas a Pagar	3.245,00	
Consignações Diversas	300.239,91	
Cauções da Diretoria	200,00	
Cauções em Espécie	6.101.822,20	
Outros Credores	36.541,52	
Participação da Diretoria	1.098.316,00	
Participação de Empregados	5.200.000,00	
Contas a Pagar - Convênios	9.598.595,50	
Ordenados a Pagar	48.255,40	22.517.738,05
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos de Instituições Financeiras		22.572.576,95
PENDENTE		
Passivo Transitório	131.826,95	
Receitas Diferidas	729.949.124,78	730.080.951,73
COMPENSAÇÃO		
Contratos	21.368.700,80	
Convênios	318.619.990,78	
Valores de Terceiros	521.895,70	
Escrituras a Passar	393.983.557,12	734.494.144,40
		2.844.403.876,48

Brasília, 30 de dezembro de 1.977

ARMANDO COLAVOLPE
DIRETOR SUPERINTENDENTE

EDMAR DIAS MATOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

JOÃO ALCIDES THOMAR
DIRETOR TÉCNICO

NID DUTRA D'AMORIM
DIRETOR COMERCIAL

MAURICIO LIMA CARDOSO
GERENTE FINANCEIRO

IVANILDA DE BARROS SOUTO
CHEFE SEÇÃO DE CONTABILIDADE
SUBSTITUTA
CRC - DF 3.027

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, tendo procedido ao exame do Balanço Geral e da demonstração da conta Lucros e Perdas, relativos ao exercício de 1.977, constatou a exatidão desses elementos, sendo de parecer que os mesmos se encontram em condições de receber a aprovação da douta Assembléia Geral de Acionistas.

Brasília, 24 de fevereiro de 1.978

RUBENS ZEFERINO DO AMARAL
MEMBRO

CÉLIO AFONSO DE ALMEIDA
PRESIDENTE

UMBELINA FERRAZ MIRANDA
MEMBRO

GDF - SVO - COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP
DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS EM 30 DE DEZEMBRO DE 1.977

D É B I T O			C R É D I T O		
DESPESAS			**RECEITAS**		
DESPESAS MERCANTIS			RECEITAS MERCANTIS		
Custo dos Imóveis Vendidos	46.138.437,04		VENDAS À VISTA		
Outros Custos	7.135.219,57		Terrenos à Vista	33.691.660,06	
Pessoal	25.575.546,65		Edificações Comerciais à Vista	576.000,00	
Encargos Sociais	4.495.969,49		Edificações Residenciais à Vista	405.000,00	
Outras Despesas de Custeio	7.502.930,07	90.848.102,82	Terrenos C/Especial à Vista	92.100.977,56	126.773.637,62
DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO			VENDAS À PRAZO		
Honorários	1.587.105,04		Terrenos a Prazo	184.467.095,33	
Pessoal	13.650.977,16		Edificações Residenciais a Prazo	255.500,00	
Encargos Sociais	6.848.122,32		Terrenos C/Especial a Prazo	85.594.021,78	
Outras Despesas Administrativas	14.246.342,20	36.332.546,72	Terreno C/Especial - Ceilândia	4.196.896,73	274.513.513,84
DESPESAS TRIBUTÁRIAS E FINANCEIRAS			RECEITAS DIVERSAS		
Tributárias	4.843.898,99		Receitas Patrimoniais	3.785.032,34	
Financeiras	3.041.719,68	7.885.618,67	Receitas Financeiras	1.167.960,35	
OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			Outras Operações	87.507.827,23	
Urbanização em Brasília	55.500.000,00		Outras Receitas	26.473.496,28	118.934.316,20
Conclusão Pas. Subterrânea - SBS/SCS	2.095.688,71				
Obras de Eng. Sanitária no D.F.	12.684.329,40				
Serviços de Cadastramento Urbano	4.924.000,00				
Serviços de Infraestrutura no D.F.	29.962.722,06				
Obras Viárias no D.F.	127.128.750,48				
Obras Públicas	29.754.729,38				
Obras de Infra-Estrutura no D.F.	5.297.142,84	267.347.362,87			
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA		18.692.130,93			
DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO					
Reserva Legal	3.279.321,21				
Reserva p/Manutenção do Capital de Giro	52.221.412,27				
Fundo p/Aumento de Capital	2.667.000,00				
Lucros à Disposição da Assembléia	2.649.656,17				
Dividendos	32.000.000,00				
Participação da Diretoria	1.098.316,00				
Participação Empregados	5.200.000,00	99.115.705,65			
		520.221.467,66			520.221.467,66

Brasília, 30 de dezembro de 1.977

ARMANDO COLAVOLPE
Diretor Superintendente

EDMAR DIAS MATOS
Diretor Administrativo e Financeiro

JOÃO ALCIDES HOMAR
Diretor Técnico

NILO OUTRA D AMORIM
Diretor Comercial

MAURICIO LIMA CARDOSO
Gerente Financeiro

IVANILDA DE BARROS SOUTO
Chefe da Seção de Contabilidade
Substituta
CRC-DF 3027

iplan - Internacional Planus S/C

Brasília, DF, 22 de fevereiro de 1978

A
DIRETORIA DA
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP
SAS, Quadra 06, Bloco L, Edifício ASCB
Nesta

PARECER DE AUDITORIA

Senhores Diretores,

Examinamos o Balanço Geral da Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP, com sede à SAS, Quadra 06, Bloco L, Edifício ASCB, Brasília,DF, e respectiva Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, levantados em 31 de dezembro de 1977.

O nosso exame foi efetuado de acordo com as normas usuais de auditoria; nesse caso, inclui a revisão parcial das fichas e documentos contábeis e aplicação dos preceitos de auditoria que julgamos necessários.

Em nossa opinião o Balanço Geral e a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, mencionados, refletem adequadamente a posição financeira e o resultado do exercício social findo naquela data, de acordo com os preceitos de contabilidade geralmente aceitos, aplicados com uniformidade em relação ao ano anterior.

IPLAN-INTERNACIONAL PLANUS S/C
CRC-DF 231
CREP-11a. 053
CRTA-1a. 021/77

Prof. ANTONIO PAIVA MACHADO
AUDITOR INDEPENDENTE
Cadastro Especial de Auditores Independentes -CRC-DF-014
Contador - CRC-GB-T-DF 22.664
TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO-CRTA-1a. 01
Membro da Ordem dos Auditores Independentes do Brasil.

SCS - Bloco I - N.º 30 - Edifício Central - Salas 206/7 - Fones (0612) 24 6298 - 24 6912 24 [illegible] 24 2968 CEP 70.300 - Brasília - D. Federal

RESUMO DE CONTRATO CELEBRADO PELO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL.

Contrato nº 06/78
T.P. nº 39/77
Processo nº 417.583/77
Interessado: SETA - SERVIÇOS DE ENGENHARIA, TERRAPLENAGEM E ADMINISTRAÇAO LTDA.
OBJETO: Para execução de trabalhos ferroviários compreendendo serviços de pavimentação com execução do sublastro do segmento ferroviário de acesso ao parque ferroviário de Brasília, numa extensão aproximada de 4.670 m, sob o regime de empreitada mediante aplicação de tabela de preços unitários.
Valor: Cr$1.265.110,00 (hum milhão, duzentos e sessenta e cinco mil e cento e dez cruzeiros) .

Prazo: 30 (trinta) dias corridos , contados da data da expedição da Ordem de Serviço.
Data: 27 de fevereiro de 1.978

Mª de LOURDES S. VASCONCELOS
Chefe da Seção de Doc. e Com. Administrativo
DER-DF

RESUMO DE TERMO DE RE-RATIFICAÇAO AO CONTRATO CELEBRADO PELO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

Primeiro Termo de Re-Ratificação do Contrato Nº 03/78
Processo de nº 417.735/77
Interessado: ARMCO DO BRASIL S/A - INDUSTRIA E COMERCIO E TELAR - ENGENHARIA, CONSTRUÇAO E COMERCIO LTDA
Objeto: Retifica o item 2 da Cláusula V, do Contrato nº 03/78.

a) - O item 2 da Cláusula V, do Contrato nº 03/78, que dispõe sobre os recursos à conta dos quais correrá a despesa, passa a ter a seguinte redação:
"A despesa decorrente deste Contrato correrá à conta dos Convênios celebrados entre o Distrito Federal e o DER-DF - Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização e entre a TERRACAP e o DER-DF - Execução de Obras de Infra - Estrutura no Distrito Federal "1", conforme Notas de Empenho Nºs 001/78, 002/78 e 003/78.

b) - Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições do Contrato nº 03/78.
Data: 24 de fevereiro de 1 978.

Mª DE LOURDES S. VASCONCELOS
Chefe da Seção de Doc. e Com. Administrativo.
DER-DF

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DIVISÃO DE PESSOAL

EDITAL Nº 001/78 - CONVOCAÇÃO

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL, do Departamento de Administração Geral, da Secretaria de Segurança Pública, pelo presente convoca o abaixo relacionado ou em sua falta o seu representante legal, para comparecer à Divisão de Pessoal da SEP, localizada no Setor de areas Isoladas Norte, Lote A, 2º andar, no horário das 14:00 às 16:00 horas, a fim de recolher aos seus cofres a importância a seguir indicada ou apresentar recurso tudo no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste Edital, conforme decisão exarada em processo:
Luiz Carlos S. Rodrigues, mat. 33.839, processo nº 122.730/78, no valor de Cr$ 3.631,38.

Brasília-DF., 03 de março de 1978
ARLINDO GOMES DE ARAUJO - Bel
Diretor da Divisão de Pessoal

COOPERATIVA HABITACIONAL MONTE CASTELO LTDA
AF-BNH-DF-13

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Cooperativa Habitacional Monte Castelo Ltda., na conformidade de seus Estatutos Sociais, Convoca todos os seus associados para a Assembléia Geral Ordinária que fará realizar no Hotel de Trânsito dos Oficiais-S.M.U., no dia 28 de março de 1978, pedindo observar os seguintes horários:
—18,30 hs., em primeira convocação, com quorum de 2/3 dos Associados;
—19,30 hs., em segunda convocação, com quorum de metade mais um dos associados; e
—20,30 hs., em terceira e última convocação com quorum mínimo de 10 (dez) associados.
PAUTA: 1—Prestação de contas da Cooperativa, relativas ao exercício de 1977: Relatório do Conselho de Administração; Balanço Geral e Contas Sobras e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal.
2—Assuntos de interesse geral.
Os documentos relacionados no ítem 1 acima, estão a disposição dos associados, na sede da Cooperativa, para exame.
Para efeito de quorum, informamos que o quadro social da Cooperativa é composto de 144 associados.

Brasília-DF., 07 de março de 1978

RUBEM ANTONIO GALLO
Diretor-Presidente em exercício

(DAR, de 08.03.78—Cr$870,00)

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO

EDITAL Nº 013/78-CL-SEA - TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS (fios, reatores etc.), GMC-11
Horário: 09:00 horas

EDITAL Nº 014/78-CL-SEA - TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA VEÍCULO DA LINHA VOLKSWAGEN E BATERIAS, GMC-06
Horário: 15:00 horas

O Presidente da Comissão de Licitação da Secretaria de Administração do Distrito Federal, faz público, para conhecimento dos interessados, que no dia 28 de março do ano em curso, nos horários acima indicados, na sala de reuniões situada no IAS, Trechos 3/4, Lotes 1690/1720, nesta Capital, reunir-se-á a referida Comissão a fim de receber documentação e proposta de interessados no fornecimento do material objeto dos Editais em epígrafe.
Cópias dos Editais poderão ser obtidas no serviço de Registro Cadastral de Habilitação de Firmas, no endereço acima mencionado, no horário de 14:00 às 18:00 horas.

Brasília, 06 de março de 1978

FRANCISCO DE FREITAS
Presidente da Comissão de Licitação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
DEPARTAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES

TÁXIS NOTIFICADOS POR INFRAÇÃO AO ANEXO II DO REGULATO APROVADO PELA PORTARIA Nº 009 DE 24.03.75
PLACAS

TÁXI — 0024 — 0140 — 0221 — 0275 — 0276 — 0281 — 0283 — 0458 — 0489 — 0599 — 0630 — 0703 — 0755 — 0770 — 0808 — 0893 — 0999 — 1059 — 1130 — 1152 — 1254 — 1510 — 1547 — 1652 — 1726 — 1750 — 1754 — 1842 — 1858 — 1917 — 2149 — 2160 — 2247 — 2313 — 2375 — 2384 — 2417 — 2446 — 2485 — 2492 — 2504 — 2560 — 2567 — 2576 — 2675 — 2717 — 2800 — 3001 — 3016 — 3047 — 3084 — 3103 — 3412 — 3462 — 3713.

Brasília, 07 de março de 1978

JOAQUIM ARANTES NETO
Deptº de Concessões e Permissões
Diretor

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA
TERRACAP

AVISO

A Comissão Especial de Licitação, informa, tendo em vista o disposto no item 6.4, do Edital de Concorrência Pública nº 001/78-TERRACAP, que o Conselho de Administração desta Empresa, em sua 342ª sessão, realizada em 20.03.78, resolveu anular a Licitação realizada em 14.02.78, destinada a contratação das obras de construção de 02 (dois) Comércios Locais, às quadras 205 e 206 norte do Plano Piloto de Brasília.

Informamos ainda que as cauções se acham à disposição dos senhores licitantes, na tesouraria desta Empresa.

Brasília, 08 de março de 1978

LUIZ JOSÉ PEREIRA VIANNA
Presidente da Comissão Especial de Licitação

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 022/78 — IDR
CONVOCAÇAO

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, convoca os concursados, abaixo relacionados, para comparecerem à sede deste Instituto no período de 09 a 15 de março de 1978, no horário de 8h 30min às 11h 30min, para tratarem de assuntos de seus interesses.

AUXILIAR TECNICO DE ADMINISTRAÇAO

Nº DE ORDEM	NOME
01	Walda Maria da Cruz
02	Maria Geralda
03	Cláudio Bezerra Tavares
04	Gilberto Alves da Costa
05	Weiller Magalhães
06	Maria Rosália Cardoso Eduardo
07	Geraldo dos Reis Ferreira
08	Antônio Alves Coelho Filho
09	Kelita Vasconcelos Feitoso
10	Dirce Ferreira Lopes
11	Maria José Bezerra de Sousa
12	Terezinha de Vasconcelos Marques
13	Alice de Maria Carvalho de Sousa
14	Claudete Marie Poletto de Oliveira
15	Edmo Maia Chaperman
16	Jamerson Borges Macêdo
17	Antônio Oliveira da Cruz
18	Walkiria Bezerra da Silva
19	Carmen Daisy de Carvalho Domingues
20	Manoel Francisco Marinho
21	Sebastião Mota Teixeira
22	Jorge Penna Silva
23	Maria da Conceição dos Santos.
24	Helena Passos Guimarães
25	Irani Rodrigues de Melo
26	José Rodrigues Pereira Passos
27	Francisca Vilma da Silva Carvalho
28	Ana Maria Mourão Melo
29	Cynthia Maria Oliveira da Cunha Cavalcante
30	Maria da Graça Siqueira Nascimento
31	Antônia Soares Portela
32	Wilson Pimentel de Ulhoa
33	Silvéria da Silva Malta

ASSISTENTE SOCIAL

Nº DE ORDEM	NOME
01	Iêda Maria Medeiros Coelho de Souza
02	Ana Maria Pereira Passos Barreto
03	Maria Tereza de Oliveira
04	Florisbela dos Santos
05	Elza Camargo dos Santos

GUIA AUXILIAR DE TURISMO
INGLES

Nº DE ORDEM	NOME
01	Sandra Mara Ferreira

PRATICANTE DE ADMINISTRAÇAO

Nº DE ORDEM	NOME
01	Hernani Gomes da Silva
02	Luzia Alves da Macena
03	Jônatas Soares Figueiredo

A falta de atendimento à presente convocação, no prazo acima determinado, implicará como desistência às vagas a que fizerem jus através do concurso específico, eximindo o IDR de qualquer obrigação junto ao candidato.

Brasília, 07 de março de 1978
JOSE ANTÔNIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 023/78 — I D R

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 22, Inciso V, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3122, de 31.12.75, torna públicas as Instruções Reguladoras do Curso para Monitores de Imposto de Renda — Pessoa Física.

1. DOS OBJETIVOS

1.1 Conscientizar os treinandos da importância do imposto sobre a renda.
1.2 Ampliar conhecimentos sobre as técnicas de preenchimento de formulários.
1.3 Possibilitar aos participantes condições de transmitirem os conhecimentos adquiridos aos seus colegas de trabalho.

2. DA CLIENTELA

Este curso destina-se a servidores do Complexo Administrativo do Distrito Federal.

3. DA INSCRIÇAO

Os participantes serão indicados **ex-officio** pelos titulares dos respectivos órgãos. Deverão, posteriormente, preencher ficha própria, fornecida pelo IDR, anexando à mesma, uma fotografia 3 x 4.

4. DO TREINAMENTO

4.1. As aulas terão caráter teórico-prático, com duração de 3 (três) horas diárias, devendo ser ministradas por instrutores selecionados e indicados pela Escola de Administração Fazendária-ESAF.
4.2 No decorrer do curso os instrutores deverão utilizar-se de metodologia adequada, visando ao atingimento dos objetivos propostos.
4.3 O acompanhamento, a avaliação e o controle das atividades do curso ficarão sob a responsabilidade de um coordenador indicado pela Chefia do Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal do IDR.
4.4 As atividades de avaliação, a que se refere o item anterior, contarão com o apoio técnico do Núcleo de Acompanhamento e Avaliação deste Instituto.

5. DO PERIODO, HORARIO E LOCAL

5.1 O curso será realizado no período de 13 a 17 de março de 1978, abrangendo um total de 15 (quinze) horas de atividades por turma.
5.2 As aulas serão ministradas no Anexo do Palácio do Buriti — 16º Andar, das 08 h 30 min às 11 h 40 min — Turma "A" e das 14 h 30 min às 17 h 40 min — Turma "B".

6. DO CONTEUDO PROGRAMATICO

No decorrer do curso será desenvolvido o seguinte conteúdo:
. Distinção entre tipos de formulários empregados.
. Identificação de termos, conceitos, pessoa, casos.
. Classificação de rendimento por cédulas e de tipos de abatimentos.
. Seleção de comportamentos desejáveis (dos treinandos).
. Interpretação de Instruções e de Manuais.
. Preenchimento de quadros, itens, linhas e colunas dos formulários.
. Cálculo do Imposto.
. Verificação/encaminhamento de documentos e de declarações de rendimentos.

7. DA AVALIAÇAO

7.1 "Durante e após o desenvolvimento do conteúdo, o instrutor interpretará as evidências de aquisição de aprendizagem pelo aluno, manifestadas:
. Pelas percentagens de respostas aos exercícios de fixação (de questões objetivas e de preenchimento).
. Pelo grau de acerto nas resposta às perguntas dirigidas pelo instrutor.
. Pelos indícios obtidos na observação direta.
. Pelos tipos de perguntas formuladas pelos alunos.
. Pelo grau de autonomia no preenchimento dos formulários de declaração".
7.2 O resultado da avaliação será atribuído utilizando-se dos seguintes conceitos adotados pela ESAF:

. MB	—	Muito Bom	90	a	100%
. B	—	Bom	80	a	89%
. R	—	Regular	60	a	79%

7.3 Considerar-se-á habilitado o treinando que obtiver:
. 80% de frequência às aulas.
. Menção igual ou superior a R (Regular).
7.4 A avaliação do curso será feita utilizando-se, dentre outros, dos seguintes recursos:
. Questionário de avaliação dos instrutores.
. Questionário de auto-avaliação dos treinandos.
. Questionário de avaliação do coordenador.

8. DA FREQUÊNCIA

8.1 Será exigido, de cada participante, um mínimo de 80% de frequência às horas de atividades do curso.
8.2 Não haverá abono de faltas.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 Todos os avisos referentes ao curso serão divulgados por meio do Diário Oficial do Distrito Federal.
9.2 A Escola de Administração Fazendária-ESAF providenciará a expedição de certificados aos treinandos que satisfizerem às exigências do presente Edital.
9.3 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Superintendente do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Brasília, 07 de março de 1978
JOSÉ ANTÔNIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EDITAL Nº 020/78-IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 22, Inciso XXXIV, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3122, de 31 de dezembro de 1975.

R E S O L V E :

Retificar o item 2.3.1 do Edital nº 006/78-IDR, referente ao Concurso Público para Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, dando-lhe a seguinte redação:

2.3.1 Serão convocados para o Exame Psicológico os noventa primeiros classificados na Prova Escrita de Conhecimentos Gerais.

Ficam convocados para o exame psicológico os candidatos classificados na Prova Escrita de Conhecimentos Gerais, conforme relação abaixo.

Nº DE ORDEM	Nº DE INSCR	NOME	NOTA	CLAS.
01	156	Adauri Matias de Oliveira	70	1º
02	101	Elza de Souza Ramos	70	2º
03	147	Maria Olívia da Silva	70	3º
04	163	Paulo Afonso Cavalcante	70	4º
05	062	Ivete Lopes de Alencar	70	5º
06	117	Erasmo de Sousa Vieira	70	6º
07	192	Jônatas Soares de Figueiredo	68	7º
08	010	Tereza Bento	68	8º
09	185	Pascoal Santos Filho	68	9º
10	157	Glaicon Joviano Coelho	68	10º
11	187	Waldemiro Gomes de Carvalho	68	11º
12	026	Leles Vicente	68	12º
13	103	Maria da Graça Rodrigues de Sousa	68	13º
14	149	Maria Célia Borges Galvão	66	14º
15	038	Elizabeth Maria José de França	66	15º
16	056	Paulo Felix Coelho	66	16º
17	134	Aquiles Ferraz Nunes	66	17º
18	057	Almir Francisco Rodrigues	66	18º
19	113	Deldivino Silva de Freitas	66	19º
20	108	Neusabete Alves Cunha	64	20º
21	131	Maria Eugênia da Costa	64	21º
22	030	Acilino de Araújo Rêgo	64	22º
23	130	Francisco Sales da Silva	64	23º
24	127	João Lourenço da Silva	64	24º
25	002	João Cardoso da Silva	64	25º
26	126	João Leandro dos Santos	64	26º
27	190	Nicodemos Lourenço Querino	62	27º
28	155	Marta Suzana Santos da Costa	62	28º
29	175	Francisco de Assis Barbosa dos Santos	62	29º
30	051	Almerides Pereira de Souza	62	30º
31	055	Paulo Pereira Moura	62	31º
32	079	José Nunes dos Santos	62	32º
33	016	Félix Gomes Ferreira	62	33º
34	093	Luis Carlos de Sousa	62	34º
35	137	Mário Pereira de Santana	60	35º
36	172	Maria José Moreira	60	36º
37	128	Juarez Ferreira Silva	60	37º
38	164	Eunice Cardoso dos Santos	60	38º
39	011	Célia Lopes Silveira	60	39º
40	058	Ezineide Martins da Silva	60	40º
41	122	Adelcidio Resende Naves	60	41º
42	008	Nezeir Pereira de Lacerda	60	42º
43	145	Neusília Linhares da Silva	60	43º
44	092	Álvaro dos Santos Fonsêca	58	44º
45	048	Maria de nazaré Sousa e Silva	58	45º
46	070	Paulo dos Santos Moreira	58	46º
47	037	Nael Cardoso de Pinho	58	47º
48	136	Renato Alves de Souza	58	48º
49	121	Francisco José Pires	58	49º
50	034	Ireni Teixeira Mariano	58	50º
51	046	Hortogami Tiburtino Neves	58	51º
52	021	Domingos José Pinto	58	52º
53	024	José Everardo Gonçalves de Mesquita	58	53º
54	180	Maura das Graças Martins	58	54º
55	102	Ozéas Moreira da Cunha	58	55º
56	097	Leopoldo Lima de Souza	58	56º
57	050	Maria Antonia Rodrigues da Costa	56	57º
58	191	Manoel Alves Leitão	56	58º
59	116	Teobaldo Francisco da Silva	56	59º
60	053	Isabel Elizabeth Abadio	56	60º
61	033	Maria do Socorro Fonsêca Cunha	56	61º
62	094	Teresinha Cardoso das Neves	56	62º
63	068	Cosme Augusto dos Santos	56	63º
64	135	Jair Alves Brandão	56	64º
65	003	Climério França de Moura	56	65º
66	019	Domingos Nunes Dourado	54	66º
67	091	Wildes Clementina Nogueira	54	67º
68	162	Bartolomeu José da Silva	54	68º
69	017	Altamiro Vitoriano	54	69º
70	063	Jamil Francisco dos Santos	54	70º
71	182	Beatriz Henriques Dantas	54	71º
72	104	Fideles Pereira dos Santos	54	72º
73	140	Itamar Ferreira do Prado	54	73º
74	100	Sebastião de Jesus Costa	52	74º
75	160	Zélia Antunes Franca de Oliveira	52	75º
76	133	Adenilson Pereira de Sousa	52	76º
77	028	Fátima Célia da Silva	52	77º
78	087	Alonso Marinho Ferreira de Castro	52	78º
79	054	Amadeu Ribeiro da Silva	52	79º
80	073	Francisca Maria Damasceno Silva	52	80º
81	184	Arlindo Nunes	52	81º
82	174	Damião Soares Barbosa	50	82º
83	138	Odalizio Alves D'Abadia	50	83º
84	009	Valdir Mesquita	50	84º
85	120	Raimundo Nonato Pires	50	85º
86	085	Mirna Gleides Castro Ribeiro	50	86º
87	170	Alcione Matias de Araújo	50	87º
88	152	Maria Auxiliadora Pinheiro	50	88º
89	031	Pedro Ferreira Alves	50	89º
90	018	Raimundo da Costa Veloso Filho	50	90º

Os candidatos deverão comparecer a Sede do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Setor de Garagens Oficiais, Área Especial nº 01, no período de 08 de março de 1978 a 14 de março de 1978, para realização do Exame Psicológico.

Brasília, 07 de março de 1978

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente